



Anais da Assembléia

Nº 91

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE JULHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Macitua; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Aionso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania.
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 67.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2591

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência na discussão e votação para o Substitutivo Geral sob n° 09 sobre todas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei n° 320/93, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Renato Adur e Severino Félix.

REQUERIMENTO N° 2592

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2518

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o adiamento por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 320/93.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 2581

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 181/93, de autoria do Poder Executivo, referente à Mensagem n° 014/93, da Ordem do Dia por 5 sessões.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2583

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei n° 320/93, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, Scretariada pelos Srs. Deputados Nilton Barbosa e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Colombino Grassano, Ernani Pudell, Plauto Miró Guimarães e Rossoni (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E::

Ofício:

OFÍCIO N° 2288/93

Curitiba, 06 de julho de 1993.
 Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 06/07/93, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06.07.93

REQUERIMENTO N° 2588

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, com base nas disposições regimentais pertinentes, REQUER, o encerramento da discussão do Projeto de Lei n° 320/93, após a manifestação do terceiro Deputado inscrito.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2580

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente REQUER, com base nas disposições regimentais, a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2582

Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores do presente, com base nas disposições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício, a fim de que sejam realizadas sessões extraordinárias, quantas forem necessárias, logo após a presente, para votação em 3ª. Discussão e Redação Final de matérias constantes na Ordem do Dia da 69ª Sessão Ordinária, bem como a 2ª. Discussão do Projeto de Lei n° 279/93.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(aa) DUÍLIO GENARI

RENATO ADUR

ERONDY SILVÉRIO

DOUTOR ROSINHA

PAULO MAIA

NILTON BARBOSA

ALCEU SWAROWSKI

HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO N° 2589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a prorrogação da duração da presente sessão por mais duas horas.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) NELSON GARCIA

Apoiamento: Cleiton Kielse e Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito Sr. Deputado Oswaldo Trevisan.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra no Pequeno Expediente.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos, com muita tristeza, registrar o

falecimento da companheira Beatriz Rugani de Castro. Esta engenheira agrônoma formada pela Universidade do Rio de Janeiro, trabalhou por mais de três anos e meio no IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná, e atualmente, há cinco anos, exercia a sua profissão como agrônoma na ASSESOAR - Associação de Estudos e Orientação e Assistência Rural, entidade filantrópica no Sudoeste do Estado do Paraná. Beatriz Rugani de Castro foi Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Francisco Beltrão no último período, e recentemente eleita membro da Executiva Estadual do nosso Partido como Tesoureira.

Beatriz Rugani de Castro doou sua vida na luta pela organização dos pequenos agricultores do Sudoeste do Paraná onde há mais de cinco anos exercia a sua função profissionalmente em programas de atendimento aos pequenos agricultores desenvolvidos pela ASSESOAR naquela região.

Nós queremos destacar o grande trabalho realizado por esta grande companheira e grande batalhadora na luta dos pequenos agricultores do Paraná e que deixa o nosso convívio num acidente de carro ocorrido nesta manhã na rodovia entre Marmeleiro e Barracão, no Sudoeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado o falecimento da engenheira agrônoma, através do Deputado Ovídio Constantino.

No Pequeno Expediente a palavra é concedida ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero hoje me dirigir aos Parlamentares do Paraná, aos que têm pelo Estado do Paraná, pelos interesses públicos, apreço, e que não se renderam à visão liberal e que no caso concreto brasileiro é de natureza subordinada aos interesses do imperialismo e que se traduz aqui num processo colonialista.

O Senado da República inicia amanhã a apreciação de projeto de lei que trata das concessões de serviços públicos regulando matéria que vai desde transporte coletivo, passando pela possibilidade de concessão de todos os serviços hoje desenvolvidos pelo Estado Nacional, aí incluídos os Estados federados.

Nas disposições transitórias dessa lei de autoria do então Senador Fernando Henrique Cardoso, hoje Ministro de Estado lei aliás profundamente alterada pela Câmara Federal, nas disposições transitórias, especialmente nos artigos 40, 41 e 42 da lei que se pretende, regule, todas as concessões públicas no país há a possibilidade, excetuados apenas os serviços de radiodi-

fusão e comunicação por imagem, excetuados, portanto, apenas os monopólios exercidos nas rádios e tevês, todos os demais serviços públicos poderão ser objeto de privatização. Os serviços de telefonia, de energia elétrica como também todas as áreas estratégicas da própria Petrobrás, excluído aí o monopólio para a exploração do petróleo, todos os demais serviços poderão - se aprovada esta lei, ser objeto de licitação e conseqüente privatização.

A esse respeito o governo do Paraná enviou hoje emissário, ilustre professor - Fábio Ramos da Universidade Federal do Paraná que é também profissional da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, e ontem tivemos a oportunidade de, através do Professor Fábio Ramos, fazer chegar a seis senadores da República que presidem os Diretórios Regionais do PMDB nos respectivos Estados, uma comunicação que tem basicamente o seguinte conteúdo, além de apresentar o Professor Fábio Ramos:

"Deverá o ilustre Professor submeter ao Senado e aos seus membros aspectos relativos à lei de concessões que ora tramita no Senado Federal e em especial as implicações deletérias contidas nas disposições transitórias introduzidas pela Câmara Federal. Com efeito, a versão atual da lei oportunizará a privatização de todos os setores da economia nacional, inclusive os setores elétrico e de telefonia. Entretanto, bem ao gosto dos neoliberais, mantém intocado o monopólio da Rede Globo, ou seja, submete a licitação às companhias públicas e despudoradamente mantém os impérios privados."

É assim que, evocando o espírito patriótico que ainda remanesce no cenário federal, em nome do PMDB do Paraná, dirigimos essa comunicação a dirigentes, senadores do PMDB no Senado da República. Foi assim também que semana passada, comunicando-nos com um conjunto de parlamentares reunidos no Rio Grande do Sul, na Assembléia Legislativa, se debateu o processo privatização do Banco Meridional.

Nos dirigíamos no dia 2 de julho último nos seguintes termos: (Lê):

"Aos companheiros que lutam contra a privatização do Banco MERIDIONAL:

Causa espanto, a todo verdadeiro patriota, a criminosa irresponsabilidade com que o Governo Itamar Franco, cedendo às pressões da alta finança internacional e dos grupos nacionais dedicados à agiotagem e à pilhagem, entrega grandes parcelas do patrimônio conquistado pelo povo brasileiro.

Recentemente, aqui no Paraná, fomos golpeados com a alienação, a preço vil, da Ultrafértil S.A., atentado que vem merecendo dos trabalhadores o mais veemente repúdio, expresso na ocupação - que se

prolonga e deverá persistir até pronunciamento do Senado - das instalações da fábrica de Araucária.

Em outro caso de escandalosa entrega, assistimos há dias à venda, a preços igualmente infames, das ações da Companhia Siderúrgica Nacional, da qual, em demonstração de absoluta falta de decoro na vida pública, participou, com seu banco, o diretor-presidente licenciado do Bamerindus, ministro-senador-banqueiro José Eduardo de Andrade Vieira, abocanhando a cota-parte de dez por cento das ações postas a leilão, contra os princípios básicos que devem nortear a atuação dos agentes públicos e em flagrante violação dos preceitos do Código Comercial de 1850!

Na perspectiva da luta a ser levada adiante por todos os que divisamos a grandeza e nos batemos pela soberania do Brasil, vimos sustentando, em relação àqueles setores objetivamente estranhos às atribuições do Governo Federal - que se deseja leve, mas poderoso, ágil mas forte - não a privatização equivalente ao loteamento, mas a estadualização dos acervos, apta a transferir de um para outro nível de Governo a gestão e controle de empresas de importância estratégica em nosso desenvolvimento. Tal processo viria a afirmar uma orientação federalista para a reforma do Estado, única verdadeiramente compatível com a defesa do interesse público, no tratamento dos extraordinários déficits acumulados pela União Federal.

Empenhando, em vossa luta, que também é a minha, irrestrita solidariedade, e ao inteiro dispor dos companheiros para providências de ordem prática que, em seu julgamento, possam ser desenvolvidas no âmbito do Paraná, subscrevo-me,

Com protestos de estima e consideração,

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Deputado Estadual

Vice-líder da Bancada do PMDB

na Assembléia Legislativa do Paraná

Vice-presidente Executiva Estadual

PMDB-Paraná"

E é assim que hoje se inicia em segunda discussão a votação do projeto de lei da lavra dos Deputados Heinz Herwig e Renato Adur, que busca autorizar o Poder Executivo a proceder a venda das ações de que é titular junto à Companhia de Telefonia do Estado do Paraná - Telepar e S.A. E apreensivos quanto aos resultados que decorreriam da alienação a setores privados de algo na ordem superior a 5% do montante das ações de que é titular o Estado do Paraná junto à Telepar.

Ingressamos hoje com um Substitutivo, melhor, com 2 Substitutivos Gerais para que tenha este Parlamento alternativas ao projeto original que guarda o mérito de

garantir e viabilizar recursos para obras estratégicas do Estado do Paraná, mas que, infelizmente, abra oportunidade de as ações da Telepar, de a quota-parte do Estado na Telepar sejam entregues ao setor privado.

O Substitutivo Geral que ontem lemos nesta Casa busca autorizar o Executivo a alienar a instituições públicas financeiras ou a companhias do sistema Telebrás estas ações, restringindo, portanto, o campo daqueles que podem receber no pólo ativo as ações de quem é titular o Estado do Paraná.

Consultando hoje doutrina autorizada do eminente jurista Fábio Konder Comparato pudemos concluir - página 97 - do estudo intitulado: "Ensaio e Pareceres de Direito Empresarial". Há basicamente três avaliações possíveis em relação às ações em sociedades anônimas, incluídas aí as companhias de economia mista. Há um valor de mercado de uma ação que é aquele de cotação em bolsa ou no mercado de balcão. Há também um valor contábil igual ao quociente da divisão do patrimônio líquido legal para alteração de reembolso nos casos de retirada do acionista. Finalmente, há o valor patrimonial que corresponde à divisão do valor venal do acervo líquido da Companhia pelo número total de ações emitidas em circulação na hipótese de dissolução da sociedade.

Portanto, o valor de mercado, o valor patrimonial e também o valor contábil.

Mais à frente o Dr. Fábio Konder Comparato alerta: "É óbvio - diz Comparato - que a avaliação do controle de uma empresa não se estabelece apenas em função dos elementos indentificados do seu patrimônio, sejam eles tangíveis ou intangíveis. Ele representa, antes de tudo, uma situação ou um status de poder na empresa e muitas vezes através dela no mercado. Posição de dominação essa que não se reduz a bens contabilizáveis". Como salientou o autor norte-americano, continua Comparato: "Repetindo praticamente os termos em julgado, o poder de controlar a eleição de administradores e, portanto, de gerir e controlar os bens, negócios e o comércio de uma grande companhia, de decidir sobre as diretrizes de sua política empresarial e o dispêndio de grande soma de dinheiro, de indiretamente nomear e fixar a remuneração de seus prepostos e representantes é um bem valioso, ou um poder de grande valor, mesmo se a companhia se encontra apenas em situação de pagar salários e não dividendos."

Isto quer significar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na palavra autorizada de Fábio Comparato, Doutor Honoris Causa da "Universidade de São Paulo, que uma Companhia como a Telepar, em que é titular o

Estado do Paraná. Sendo o Estado do Paraná titular de ações da ordem de 5% da quantidade, do montante global de ações disponíveis e que compõem a empresa, o Estado do Paraná desfruta de especial condição...

O SR. OSWALDO TREVISAN - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Em seguida, Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

O Estado do Paraná desfruta de especial condição ao ser titular de ações, especiais condições que não se transferirão na hipótese de alienação ao setor privado.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é em defesa dos interesses e da natureza não contabilizável que não pode ser medida pelo valor de mercado, tão pouco pode ser medida pelo valor contábil das ações da Telepar, que me ponho aqui em defesa de um substitutivo que visa resguardar os interesses do Paraná e do Brasil.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, a avaliação e cotação estimada em Bolsa, semana passada, chegou ao valor da ordem de 22 milhões de dólares. A Presidência da Telepar falou em valores da ordem de 70 a 100 milhões de dólares e eu afirmo aqui por todos os títulos, que o Paraná investiu na Companhia Telefônica do Estado do Paraná, valores superiores a um bilhão de dólares e afirmo, com base em um dado muito simples, que trago à apreciação dos Srs. Deputados; para a implementação do Plano de Ampliação do Sistema de Telefonia do Estado do Paraná, a Telepar está estimando investimento da ordem de 300 milhões de dólares para instalação de 30 mil terminais telefônicos.

No Paraná existem hoje mais de 700 mil terminais telefônicos. Portanto, numa regra de três muito simples, leva à consideração que detendo o Estado apenas 5% do valor das ações, do total das ações da Telepar, apenas 5% e é superior a participação do Paraná naquela Companhia.

O montante de investimentos apenas em terminais telefônicos, feitos pelo Estado do Paraná, superam a cifra de 350 milhões de dólares. Quando agregamos a isso, o conjunto patrimonial da Companhia, podemos facilmente concluir que os investimentos havidos pelo Estado do Paraná não podem ser perdidos sob nenhuma hipótese e a nenhum pretexto, por mais nobres que sejam os objetivos. Não podem ser perdidos por uma alienação feita a setores privados.

É assim, então, que submeteremos à apreciação dos Srs. Deputados, tanto a proposta que ontem trouxemos à apreciação das Bancadas dos Partidos, como também um outro Substitutivo que busca, através de uma alteração formal, substituir a expressão "alienar" pela expressão "proceder à

cessão de controle das ações do Estado a Companhias do Sistema Telebrás, ou então, a instituições financeiras públicas" e não me venham com argumentos legalistas. Nesta hora, o parlamento do Estado do Paraná tem na função de interesse público, e dos interesses estratégicos do Brasil e do Paraná, pronunciar-se contra a dilapidação do patrimônio público, para salvaguarda dos interesses populares que são os únicos que justificam a nossa presença no parlamento.

Com aparte, o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Nobre Deputado Luiz Henrique Bona Turra, acompanho com muita atenção, o pronunciamento que Vossa Excelência faz na tarde de hoje, como também acompanhei ontem o seu posicionamento, colocando nesta Casa, um Substitutivo.

Devo dizer a Vossa Excelência e a todos os Deputados desta Casa, que me chegou às mãos há poucos instantes, um comunicado do Presidente da Telepar, Paulo Roberto Cordeiro e que me permita Vossa Excelência, vou lê-lo na íntegra, para depois fazermos as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência passa a falar no horário do PSDB.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN -
TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S.A. TELEPAR
C O M U N I C A D O

Diante do noticiário sobre o Projeto de Lei, ora em votação na Assembleia Legislativa, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a vender as suas ações da TELEPAR, a Companhia vem a público informar:

1. O Governo do Estado possui 1.860.087 ações Preferenciais (PN) e 150.340.466 Ações Ordinárias (ON), com participação de 5,4% do total das ações da Empresa;

2. A preço de Valor Patrimonial da Ação (VPA), base de 01.07.93, estas ações totalizam a importância de CR\$ 2,6 trilhões, o que equivale a aproximadamente US\$ 47,5 milhões;

3. Tendo como base o valor médio das ações da TELEPAR negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, estas ações totalizam a importância de CR\$ 1,3 trilhão o que equivale a aproximadamente US\$ 23,5 milhões;

4. Já o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) possui 4.269.432 Ações Ordinárias (ON), totalizando, a preço de Bolsa

Curitiba, terça, em 06.07.93

a importância de CR\$ 36,7 bilhões, ou a aproximadamente US\$ 659 mil.

A TELEPAR não compete interferir no direito de seus acionistas de alienar ou não, as suas ações, tendo a presente informação a única finalidade de apresentar a posição acionária do Governo do Paraná na Empresa.

Curitiba, 06 de julho de 1993.

(a) PAULO ROBERTO CORDEIRO
Presidente

Posta assim a questão, quero reiterar a minha posição de que já votei ontem favorável à venda das ações.

No entanto, fatos novos estão chegando ao conhecimento desta Casa de Leis que fazem com que todos nós tenhamos uma reformulação quanto ao procedimento da venda destas ações.

Confesso a Vossa Excelência continuarei votando favorável a venda das ações. No entanto, me disponho a partir de hoje, vou reformular o meu posicionamento quanto à forma como vamos proceder esta venda.

É por esta razão que é importante colocar o seguinte, notem os Senhores Deputados que o próprio Presidente da TELEPAR coloca aqui dois valores das ações, o valor de bolsa e também o valor patrimonial de cada ação.

Quer dizer, se vendermos o patrimônio da TELEPAR, cada ação terá um valor que vai dar às ações que o Governo possui, vai dar um valor de 47 milhões de dólares.

Se formos vendê-las hoje no balcão da bolsa de valores, vamos apurar tão somente 23 milhões, ou seja, metade do valor das vendas.

Porque está intrínseco aqui, Deputado, existe, e quem conhece um pouco de Direito Comercial, sabe que os valores de ações, os valores de comércio, também há que levar em conta o chamado aviamento comercial, o ponto comercial.

Todas estas questões têm um valor intrínseco, daí porque se justifica dizer também que estas ações têm um valor de 47 milhões de dólares, ou como lembra Vossa Excelência, conforme informações que já teve, que elas podem chegar a 70 ou a 100 milhões de dólares.

Por esta razão, examinando seu substitutivo, à primeira vista me inclino favoravelmente a ele, me reservando o direito, estou fazendo uma análise mais detida, mas Vossa Excelência vai encontrar um óbice legal, como lembrou, vão dizer que o Banco Central nesta semana baixou normas proibindo que os bancos estatais comprem, vendam ações do Poder Público, etc.

Mas quero dizer a V. Exa., este óbice será superado com uma simples justificativa ao Banco Central, num processo administrativo, tenha certeza, ele também estará

autorizando esta operação que V. Exa. propõe, também, através do Banco do Estado.

Essas são as colocações iniciais que faço, me reservando para prosseguir depois.

Obrigado!

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Agradeço o aparte de V. Exa., e afirmo que, além, - e V. Exa. está com a razão, - do valor patrimonial, contábil e de mercado, há o valor em material que não se pode medir em números, daí esse texto que quero submeter aos Srs. Parlamentares, que inclusive, me parece, supera uma perspectiva excessivamente legalista que impediria a alienação ainda que entre entidades públicas, sem o procedimento em bolsas. Me parece, Fábio Konder Comparato resolve a matéria do seguinte modo: "Ao propor para estas hipóteses à seção de controle fazendo aparecer um ágio sobre o preço".

Isso quer dizer que vendendo ao Banco do Estado podemos ter um ágio ou sobre preço, arrecadando mais dinheiro, diz Fábio Comparato, "o negócio de seção de controle indica a existência no patrimônio social de elementos não contabilizados e mesmo não aturáveis na liquidação desse patrimônio, são os chamados bens intangíveis estreitamente ligados a empresa enquanto organismo vivo e atuante, produtor de lucros, como é o caso da TELEPAR."

Citando o instituto americano, diz Fábio Comparato: esse Instituto distingue bens intangíveis identificáveis e não identificáveis, os primeiros, identificáveis, tais como as cartas patentes, ou autorizações públicas de funcionamento, com valor que não pode ser medido no mercado, porque todos sabem a TELEPAR era de propriedade exclusiva do Estado do Paraná, os primeiros, as tais cartas patentes, ou autorizações públicas de funcionamento, os privilégios industriais, os sinais instintivos ou as concessões exclusivas podem ser objeto de uma cessão singular, que é o que imaginamos seja possível para resolver o caso concreto, com a consecução das obras indicadas pelos ilustres Deputados autores do Projeto, ou então, elemento da empresa como um todo, e aí ele enfrenta e diz, os intangíveis não identificados, ao contrário, só podem ser cedidos como parte de um conjunto de bens ou de uma empresa. Eles representam, e disse bem o Deputado Trevisan, o aviamento empresarial.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, concluo dirigindo um apelo à Presidência da Assembléia Legislativa, um apelo ao nosso 1º Secretário, paranista como são, às lideranças das Bancadas na Assembléia Legislativa, à Liderança da Bancada do meu Partido, para que honrado o programa do PMDB que prevê o setor de telecomu-

nicções como um setor estratégico, para que em nome do Paraná e dos interesses populares para os quais somos designados a defender, que façamos a pena e demos ao Executivo a autorização para uma seção de controle à instituição pública financeira, ou então à companhia do próprio sistema TELEBRÁS, mas, jamais, demos a autorização para a alienação em bolsa que significará a dilapidação do patrimônio do Estado, que significará um golpe duro para os homens e mulheres que no interior, e na cidade têm na Assembléia Legislativa do Estado um fórum de debate, um fórum de representação em que não há lendedotas, em que não há homens de negócio, mas sim homens públicos, é com esse apelo, me dirigindo aos velhos Parlamentares, Anibal Khury, Erondy Silvério, velhos paranistas, que tenho certeza, com a palavra autorizada serão capazes de dar a melhor solução no interesse público, porque apenas alguns não são capazes de defender os interesses de todo povo, é preciso que a experiência, é preciso que a clareza política, é preciso que os interesses populares se possam fazer prevalecer nesse forum, e é por isso que convoco em nome dos mais de 12 mil paranaenses que aqui me trouxeram, a que nos somemos em torno de um projeto que assegure sim, a consecução das obras sobre o Rio Paraná em Guaíra, que assegure a duplicação da BR que nos liga à Joinville, todas de responsabilidade do Governo Federal assegurem, assim, os recursos necessários indispensáveis para essas obras estratégicas, mas asseguram preservando o interesse público e a participação fundamental que tem o Estado no setor de telecomunicações do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na certeza de que o interesse público há de prevalecer nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação a presença entre nós do Prefeito de Foz do Iguaçu, companheiro Dobrandino da Silva, a presença do Sr. Antonio Hesler, empresário de Antonio Olinto, a presença do Vereador Custódio Silva, de Curitiba e a presença da 145ª Zonal do Partido Progressista, Sr. Jorge Weber.

A Presidência registra também a presença do Sr. Jorge Antonio Ferreira de Souza, Chefe do Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Espírito Santo; Senhor Ademar Rocha, Diretor-Geral e Major Marcos Gazoni, Assessor Militar também daquela Assembléia Legislativa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu só queria comunicar à Presidência

que estou me retirando da Sessão por motivo de viagem ao Sudoeste em relação ao fato aqui citado no início da Sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A sua ausência será devidamente justificada.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna na tarde de hoje para fazer reverberar nesta Assembléia e em todo o Paraná a grave crise por que atravessam as cooperativas brasileiras, em especial algumas delas no Estado do Paraná e a maior delas, a Cooperativa Agrícola de Cótia, que tem trazido grandes transtornos e grandes percalços do nosso Estado em face do seu estado de grandes dificuldade financeira.

Preciso alinhar aqui um fato que no dia de hoje está ocorrendo na minha região de Cornélio Procopio, como também, segundo notícias que recebi há alguns instantes, está ocorrendo na cidade do Deputado Severino, Assaí, e que se compõe no seguinte: um juiz de direito da Comarca de São Paulo concedeu liminar e medida judicial, me parece numa cautelar inominada, para que a empresa Gessy Lever possa retirar dos depósitos da Cótia em Cornélio Procopio, certamente também em Assaí, grande quantidade de soja que diz ter adquirido com a referida cooperativa.

Srs. Deputados, isso causa na região uma grande preocupação porque a soja que lá está depositada representa o trabalho de mais de um ano dos sojicultores, dos lavradores, do meu Estado. O financiamento, em geral, do custeio das lavouras é feito nos bancos e, depois, quando o produtor colhe o produto ele emprega essa soja nas cooperativas às ordens dos bancos financiadores. Se for o Banco do Brasil, ele recebe em mãos um recibo de depósito dizendo que a soja está ali à ordem do Banco do Brasil. Se foi o Banco do Estado, ele recebe um recibo de depósito, dizendo que aquela mercadoria ali se encontra à ordem do Banco do Estado.

O agricultor pega esse recibo e leva no banco e o banco aguarda o vencimento do seu financiamento até que ele possa comercializar essa soja, que ele possa vender essa soja.

Esse é o mecanismo que ocorre. No entanto, Srs. Deputados, o juiz que deferiu esta liminar, certamente, não levou em conta os pressupostos de uma cautelar, os pressupostos de uma decisão que concede uma liminar que é o "fumus boni juris" é o "periculum in mora" ou seja a fumaça do bom direito e o perigo da demora. Ele concedeu

a liminar em favor de uma multinacional que diz ter adquirido esses produtos, mas eu pergunto a fumaça do bom direito, o perigo da demora favoreceria mais uma multinacional ou ela deve favorecer os agricultores que com o suor de seu rosto, com o poder de seu braço, com a força da sua inteligência durante quase um ano inteiro lavraram a terra e produziram os seus produtos e entregaram numa cooperativa para receber o pagamento e pagar o seu financiamento no banco, não podem ver como medida cautelar esse produto ser levado embora e ficarem eles a braços, sem recursos para pagar os bancos.

Mas o que é pior, Srs. Deputados, a empresa multinacional Gessy Lever, diante da recusa dos agricultores que bloquearam os portões da cooperativa com caminhões, tratores, colheitadeiras, bloquearam ali e impediram a ação do oficial de justiça para que retirassem o produto dos armazéns, a empresa multinacional para garantir o cumprimento do mandado judicial requereu forças policiais. Então neste momento as autoridades do Estado estão sendo comunicadas de que o juiz de Cornélio Procopio que está cumprindo a precatória já autorizou a requisição de forças policiais ou seja já requisitou forças policiais. As autoridades de Curitiba devem estar sendo informadas neste momento.

Então o que eu coloco nesta Casa é que nós também nos posicionemos a favor do Paraná, a favor de um direito legítimo dos nossos agricultores, pois se a Gessy Lever comprou e tem o direito de retirar a mercadoria, os nossos agricultores que produziram eles têm o direito muito mais legítimo, porque se a Gessy Lever comprou um produto que se encontrava apenado aos bancos e pagou a Cooperativa ela pagou mal e quem paga mal, paga duas vezes, não pode prevalecer uma sentença judicial nesse sentido e que leve os produtos embora.

Por isso, um apelo que nós fazemos as autoridades do governo que não concordem, desde logo, com a força policial, até que dê tempo para advogados de agricultores para que novas medidas judiciais possam ser intentadas e possam então modificar esta posição e resguardar os interesses dos agricultores do Paraná.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria de parabenizá-lo pela brilhante defesa que faz dos agricultores do Paraná, nesta tarde aqui na Assembléia.

Na verdade há muito nós vimos acompanhando a situação das cooperativas no Estado. Nós temos cooperativas sólidas. Podemos lembrar, aqui, a Cooperativa de Campo Mourão, a COAMA. Mas, temos outras cooperativas que, lamentavelmente, não sabe-

mos se pela crise econômica que assola o País vivem problemas difíceis ou se até mesmo por mau gerenciamento. Não queremos, aqui, advogar para Deus ou para o diabo. Mas, nós sabemos que a situação das cooperativas, em regiões diversas do Paraná, têm trazido uma preocupação muito grande aos produtores, aos cooperados.

A última que aconteceu no meio corporativista, que nos deixou estarecido é a situação da Cotia. Cooperativa que por mais de cinquenta ou sessenta anos vem demonstrando uma condição sólida, e nos últimos meses os nossos produtores, além de entregar o fruto de suas colheitas, muitos deles estavam deixando até de fazer negociações financeiras com os bancos, para fazer diretamente com a Cooperativa de Cotia.

Na nossa região, bem exatamente no Município de Assis Chateaubriand, todos acompanharam e estão acompanhando a situação dos nossos agricultores. E nós sabemos de agricultores, podemos inclusive citar o nome de um deles, o Senhor Francisco Laranjeiras Vilar, que está com mais de 11 bilhões de cruzeiros aplicados na Cooperativa de Cotia de Assis Chateaubriand. Frutos do seu trabalho, da sua colheita e até de investimentos outros que fazem com os bancos, como com o Banco do Brasil, que acreditando na boa produção da Cotia, além de entregar a sua produção, colocou também as aplicações que tinha, da renda de venda de boi. E tantos outros pequenos produtores, que entregaram lá a sua produção. E que estão, até agora, lamentavelmente, não se tem solução. Não se sabe quem é que vai acertar com os produtores.

A Cotia havia vendido, já, a sua produção para a Sadia. E a Sadia estava lá, com medida judicial, tentando tirar o produto lá armazenado.

Por isso, parablenizo Vossa Excelência e digo que na verdade seria importante que formássemos a Comissão que propôs Vossa Excelência para acompanharmos de perto os casos das cooperativas do Paraná, em especial, a Cotia, onde na nossa região traz um prejuízo tamanho aos nossos produtores.

Eu me somo ao discurso de Vossa Excelência e me coloco à disposição, para participar da Comissão ou não, mas acompanhar de perto o caso das cooperativas, porque nós temos interesse em salvaguardar o trabalho dos nossos companheiros da região, que aqui parlamentarmente representamos.

Muito obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Está certo o nobre Deputado Nilton Barbosa, que com sua sensibilidade política traz a esta Casa, também, a preocupação dos agricultores da sua região. E, no seu aparte, Vossa Excelência traz também um elemento novo: a

proposta de constituirmos uma Comissão para acompanharmos o problema de todas as cooperativas que têm filiais ou sedes aqui no Paraná.

Já existe tramitando, Senhor Presidente Orlando Pessuti, nesta Casa, um requerimento de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, para que se constitua uma comissão específica para se apurar as razões das dificuldades da Cotia. O nobre Deputado Nilton Barbosa amplia este requerimento para todas as cooperativas.

E, na verdade, nobre Deputado Nilton Barbosa, as cooperativas se constituem, hoje, no grande instrumento de desenvolvimento da nossa agricultura. São as cooperativas que possuem uma grande estrutura de silos e armazéns.

São as cooperativas, hoje, que comercializam, em nome dos seus cooperados, os seus produtos acompanham cotações de bolsas e etc. É através da cooperativa que as empresas de extensão rural, a EMATER, chega também até o campo; é através das cooperativas que se fazem hoje as mais evoluídas pesquisas tecnológicas de eficiência produtiva e de produtividade. Mas nós não podemos deixar que o sistema cooperativo quebre de vez e saia da face da terra. É importante que seja recuperado.

O SR. Toti Colaço - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Eu queria, a exemplo do Deputado Nilton Barbosa, também cumprimentar Vossa Excelência por trazer na Sessão desta Assembléia, nesta tarde, um assunto da mais alta importância para o Estado do Paraná.

Cumprimentar Vossa Excelência, e além de corroborar com as palavras, também deixar registrado uma vez mais a inexistência de uma política agrícola a nível de País, para que possa assegurar principalmente a vida do homem no campo. Além do financiamento da agricultura, principalmente a juros reais, é impossível o agricultor correr o risco de fazer ou de adentrar a um banco e fazer ali contrair um grande empréstimo. Mas mesmo assim muitos agricultores correm esse risco permanentemente.

As cooperativas, a maioria das cooperativas vem financiando a agricultura do Estado do Paraná, além evidentemente das suas dificuldades financeiras, quando chega na hora da venda do produto dos seus associados não há o recurso necessário a sua disposição através das instituições financeiras, e que tem na maioria das vezes obrigado os agricultores a colocarem os seus produtos através das empresas particulares, privadas, a preço muito aquém do próprio mercado, da própria tabela de preço.

Assim sendo, eu quero cumprimentar uma vez mais Vossa Excelência pela sua grande preocupação com as cooperativas do Estado do Paraná, e me coloco como membro e como Presidente do Bloco Municipalista à disposição da Casa, à disposição da Presidência, e principalmente de Vossa Excelência, se preciso for é claro e necessário formarmos uma grande frente na defesa da nossa agricultura, brotando é claro daqui desta Casa, de uma Comissão que por certo irá se formar associando-se com o Bloco Municipalista, bem como com o Bloco Agropecuário, aonde tem sobre o seu comando o nosso Presidente, Deputado Orlando Pessuti.

Desta forma, os meus cumprimentos pelo assunto que Vossa Excelência aborda nesta tarde aqui nessa Casa de Leis.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Oswaldo Trevisan me permite um aparte?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Permito, eu só vou rapidamente Deputado fazer umas colocações sobre o aparte do Nobre Deputado Toti Colaço, e dizer a Vossa Excelência Nobre Deputado Toti Colaço, como integrante do Bloco Municipalista, como também o Nobre Presidente da Casa, Deputado Orlando Pessuti, como integrante do Bloco Agropecuário, muita colaboração tem a dar na solução destes conflitos. Mas eu coloco rapidamente, me permita o Nobre Deputado Cezar Silvestri, que em seguida terei o prazer em conceder o aparte.

O Nobre Deputado Toti Colaço me coloca a necessidade de uma política agrícola, e tem razão Vossa Excelência quando assim o faz, porque o que mais querem os agricultores deste País é a existência de uma política agrícola. E a política agrícola, se traduz na garantia de preços mínimos, compensadores, anunciados com oportunidade, até antes do plantio; se traduz na garantia de financiamentos de custeio, com adequação e oportunidade para que o agricultor possa ter à sua disposição o financiamento antes da época do plantio, porque a atividade da agricultura, nobre Deputado Toti Colaço e nobres Senhores Deputados, é diferente, meu caro Nelson Justus, de uma atividade industrial ou de uma atividade comercial, por exemplo, porque a atividade industrial se a indústria fica parada um ou dois meses, depois a indústria recupera com horas extras ou um turno maior de trabalho; o comércio da mesma maneira. No entanto, a agricultura, se ela não planta, Severino, o algodão ali por volta do mês de outubro, se não planta a soja ali por volta de outubro, novembro, se não planta o trigo ali por volta de 15 de abril a 15 de maio, ela perde o ano.

Então, por esta razão é que a agricul-

tura precisa ter o financiamento em tempo oportuno, com oportunidade, conveniência e em quantidade suficiente para que o agricultor não precise cair na mão de intermediários que vão esfolar-lhe as costas.

Mas, arrematando, e em resposta ao aparte do Nobre Deputado Toti Colaço, o Governo do Paraná deu grande passo na implantação de uma política agrícola neste País, nobre Deputado Hermas Brandão, estabelecendo aqui a equivalência-produto, que agora nesses dias também vem sendo anunciado pelo novo Ministro da nossa agricultura. É um grande passo na implantação de uma política agrícola neste País.

Na seqüência e por ordem de inscrição, meu Nobre Deputado Dirceu, vou conceder o aparte ao Nobre Deputado Cezar Silvestri e em seguida a Vossa Excelência.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Trevisan,

eu acredito que este assunto é mais sério do que parece. No caso específico das cooperativas, quando se refere ao caso da Cotia, nós temos certeza que se a garantia fosse dada pelas cooperativas aos bancos que financiam os produtores rurais, dificilmente este fato teria ocorrido, principalmente porque os Bancos, com certeza, saberiam da dívida que a Cotia tinha de 600 milhões de dólares, se não me engano é este o número, e não dariam essa liberdade à própria cooperativa de comercializar os produtos sabendo dessa grande dívida.

Vejam os Senhores, muitas multinacionais, além das cooperativas, elas adquirem o produto dos produtores e esses produtores deixam esses produtos afixar(?) junto as multinacionais. E as multinacionais vão comercializando esses produtos, no caso específico da soja elas fazem o esmagamento, transformam em farelo, transformam em óleo, vendem esses produtos e sempre na hora dos produtores pagarem o financiamento são elas que estabelecem o preço, mas já comercializaram esses produtos.

Então, o produtor fica sem garantia do seu produto e sem garantia de preço também. Então, nós acreditamos que o que precisa é de uma mudança na legislação.

Agora se o governo Federal implantar realmente a equivalência-produto a nível nacional, nós acreditamos que o produto deveria ficar sob a guarda das multinacionais ou das cooperativas, mas essas ficassem como fiéis depositárias aos Bancos, pelo menos no valor do financiamento ao produtor, porque o produtor está ficando sem garantia nenhuma.

É como eu disse, se no caso a Cooperativa Cotia ficasse como fiel depositária aos Bancos no financiamento aos produtores, dificilmente os Bancos deixariam que ela comercializasse o produto aos produto-

res.

Então, além dessa preocupação muito grande na mudança da legislação e principalmente no caso da soja na equivalência-produto o que nos preocupa é que o preço mínimo da soja equivale a um terço do preço de mercado. É diferente do milho e de outros produtos. Então mesmo na equivalência-produto há uma defasagem muito grande com relação ao soja. Nós precisamos, como disse é um problema muito mais sério, nós precisamos batalhar, inclusive, mandando sugestões ao Ministério da Agricultura para que haja uma mudança na legislação de quem guarda o produto aos produtores.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Bem colocada a questão por Vossa Excelência, nobre Deputado.

Na verdade os Bancos, muitas vezes concedem certas operações, realizam certas operações sem atender a todos os itens de uma segurança bancária, por exemplo. Quando se vai conceder uma operação, entre os itens que a gente analisa é o cadastro. E como diretor do banco a gente fazia isso: cadastro do pretendente, o seu patrimônio, condições de pagamento, garantias, juros e outras coisas, nós tínhamos que analisar um item importante que se chama viabilidade econômica. Ou seja, se aquele dinheiro que nós estamos emprestando ao cliente ele vai multiplicar as riquezas do País e esse cliente tem condições de retornar esse capital ao banco. Isso seria a viabilidade econômica. Infelizmente muitos bancos concedem o financiamento, dão o dinheiro ao cliente sem examinar este item da viabilidade econômica. E, por esta razão, eles se tornam co-responsáveis por um fracasso de uma empresa sem o atendimento dessas condições.

Com o aparte o Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Serei breve.

Quando Vossa Excelência fala em defesa do setor agrícola, só me cabe, ilustre Deputado parabenizá-lo. Isso é muito lógico e muito evidente de que se não houver a sustentação à agricultura, não houver a origem em todos os sentidos da indústria e do comércio, buscada a sua origem pela agricultura nada é possível, nada é viável. Sempre defendi durante o período que aqui estou a questão no setor da agricultura. Mas é lógico que com as mudanças econômicas que nós atravessamos, o Brasil implantou uma política econômica no setor rural, que passou até quase uma pré-falência ao setor de agricultura. Vossa Excelência pela experiência que tem como ex-funcionário do Banco do Brasil, quem é que não se lembra que há décadas passadas o Banco do Brasil era um banco que só ti-

nha sua linhagem na agricultura.

Infelizmente, com o decorrer do tempo, foram tirando a originalidade do Banco do Brasil deixando de ser um banco que só atendia o setor da agricultura do nosso Estado e do Brasil.

Então, nós temos que ter a retomada do Banco do Brasil que cuide, especialmente, no setor agrícola, com uma política de um juro mais acessível para que nós possamos produzir mais e evidentemente que se produzirmos mais estaremos saindo da crise, da miséria e da fome que o País vive hoje.

Outro fato que passou despercebido, pelo menos por mim, não diria pela Assembleia Legislativa, mas, quando da privatização da ULTRAFÉRTIL houve um movimento de todos os Deputados tentando impedir essa privatização. Mas eu acho até que nós passamos batidos quando nós poderíamos agilizar as cooperativas do nosso Estado de fazer um movimento então que essa privatização fosse passada ao setor do cooperativismo do Paraná, porque ninguém melhor poderia ser detentor da ULTRAFÉRTIL do que as cooperativas que só atendem os interesses do agricultor.

Acho até que se der ainda para recuperar isso, nós deveríamos fazer um movimento a nível de Assembleia Legislativa e buscar esse direito para as cooperativas. Infelizmente, não sei se chegamos um pouco tarde.

Parabenizo Vossa Excelência na certeza de que sempre será um defensor do setor agrícola que esse é o caminho que temos a seguir.

Obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Nobre Deputado

Dirceu Manfrinato, Vossa Excelência também fala com autoridade, autoridade de quem está presente sempre nos grandes movimentos liderando sempre as causas da agricultura do Paraná e do Brasil, pois, recentemente, comandou desta Casa, um Simpósio Nacional sobre o Plantio de Café no Brasil.

Parabéns, nobre Deputado!

Com muita honra também concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado, estava ouvindo atentamente de meu Gabinete o pronunciamento de Vossa Excelência e fiquei aqui indagando, divagando, juntamente com o Deputado Severino Félix Pessoa sobre o seu pronunciamento nesta tarde.

Existe aí uma série de pontos de interrogações.

Primeiro, neste País, realmente é inacreditável, o trabalhador vai a sua propriedade agrícola, planta, tem que fi-

nanciar o adubo, tem que conseguir financiamento para o seu parque de tratores e implementos agrícolas e, com isso, vai fazendo sem subsídios do Governo Federal - e foi uma tremenda de uma cascata que lançaram aí, e o agricultor continua "comendo o pão que o diabo amassou" não só no Paraná mas em toda a Nação Brasileira - a sua agricultura. Sem subsídios.

Agora, o que me leva a ficar pasmado no seu pronunciamento é que o trabalhador planta, colhe, sofre com o tempo, com o sol, com a chuva, com o seu "papagaio" em banco, então, ele vai à cooperativa. Ele acredita na cooperativa. Ele tem o sonho do cooperativismo. O cooperativismo foi lançado aos quatro cantos da Nação brasileira e nós temos que dar as mãos e fazer um cooperativismo forte, que através dele estejamos amparados, estejamos guardados contra tudo e contra todos.

Muito bem, comentava eu com o Deputado Severino em análise ao seu pronunciamento. O agricultor chega à cooperativa, entrega o produto que colheu na sua terra. Naturalmente que ele tem as suas dívidas para pagar ou no BANESE, ou no BANESE ou mesmo no Banco do Brasil, no Banco Francês. O agricultor tem problemas com a esposa, com os filhos, tem problemas para comprar o que necessita para abastecer a sua casa. Então, o sonho dele é a cooperativa, é o cooperativismo. Ele vai lá e entrega o seu produto e, em troca, recebe o quê? Recebe uma bofetada na cara. "Não tem, estamos falido, o governo não paga, não nos oferece nada"!

Agora, só não entendo o que acontece neste País onde o trabalhador produz a terra, vai à cooperativa entrega o seu produto e não consegue receber aquilo que produziu. Ele tem que levar o trator, tem que levar o caminhão, tem que armar uma barraca e dormir em frente à cooperativa para tentar receber o sonho que plantou na sua terra. Mas, em compensação, como é este País, uma multinacional vem e consegue receber o que lhe é de direito. Sei que temos que respeitar o Poder Judiciário, temos que respeitar as leis. Só não entendo porque uma multinacional consegue ganhar no grito e retira tudo o que tem de direito.

Os agricultores foram à porta e trancaram. Agora houve a determinação de que a polícia venha e tire os agricultores. Se eles não saírem por bem vai ter pancadaria, vai ter uma série de violência.

Não entendo que País é este, em que o agricultor planta e não recebe nada. Porque nós que moramos na cidade grande, eu que moro em Londrina, moro em Curitiba, porque Curitiba me adotou, mas a minha cidade é em todo o Estado do Paraná, você vê um grito geral dos agricultores, Deputado

Oswaldo Trevisan. O agricultor sonha com a sua terra, ele sonha com a sua cooperativa. Por que é que não dão amparo às cooperativas? Por que é que abandonaram as nossas cooperativas e por que é que o agricultor brasileiro continua eternamente abandonado neste País?

Agora, recentemente, vejo nos jornais, Brasília fazendo um apelo para que a Nação Brasileira desse as mãos para ajudar a prender o PC! Ora, meu Deus do céu! Que País é esse, que o Brasil precisa dar as mãos para prender o ladrão? Então esse é o País do encontro e dos desencontros. Hoje eu estava lendo o jornal e o PC já virou santo, porque é o "pai da pobreza".

Então, esse é o País dos encontros e dos desencontros. Eu não posso entender.

O pronunciamento de Vossa Excelência nesta tarde é muito importante, eu gostaria que ele atravessasse esse concreto imenso aqui e chegasse na cabeça de alguém em Brasília, que esse País tem que mudar.

Está na hora de mudar, Deputado Trevisan. O Senhor, que já foi Deputado Federal, o Senhor que já deu a sua vida pelo Parlamento em Brasília e está dando a sua vida pelo Parlamento do meu Estado, o Senhor há de convir comigo: está tudo errado, Deputado Trevisan. Está na hora de mudar e a oportunidade chega no ano que vem. A maior oportunidade, Deputado. Eu comentava com o Deputado Severino: a maior oportunidade de nós mudarmos esse País, no ano que vem, é com o Título de Eleitor. Sem ele, não há salvação.

Obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o aparte de V. Exa. engrandece esta Casa, porque V. Exa. e o Paraná todo sabe e o Brasil também agora já está conhecendo V. Exa., e o grande estuário, é o desaguadouro de todas as reivindicações, das aspirações sociais neste Paraná.

Nós que conhecemos V. Exa. lá de Londrina, há muito tempo, e sabemos que todo aquele Norte do Paraná procura V. Exa., para levar os seus problemas, e também os problemas das cooperativas, quando chegam até V. Exa. e tocam a sua sensibilidade e V. Exa. se transforma num soldado, levanta também a bandeira dos agricultores deste Paraná, faz com que todos tenhamos uma certeza e uma confiança de que o problema dos agricultores terá também mais um grande defensor, mais um grande advogado, na pessoa de V. Exa.

O SR. Luiz Carlos Alborghetti - Muito obrigado, Deputado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - E quando V. Exa. trazia aqui a necessidade de o Governo

Federal subsidiar a nossa agricultura, é importante nós lembrarmos que na Europa e nos Estados Unidos, a quase totalidade da agricultura e também da pecuária, são subsidiados pelo governo que, em subsidiando a agricultura e a pecuária, deixam de gastar em grandes programas sociais dentro da cidade, porque o homem que mora lá no meio rural, custa muito menos do que o homem que mora aqui no centro urbano.

Obrigado, Deputado Alborghetti, pela sua intervenção.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti: Fico eternamente agradecido e muito mais, porque quando o Sr. vem à tribuna, o Sr. traz temas que realmente merecem reflexão de homens sérios e que realmente estejam preocupados com o futuro deste País.

Obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Obrigado, Deputado.

Prosseguindo, faço também, para encerrar, mais uma consideração também ao aparte do Deputado Dirceu Manfrinato que colocou e que lembrou aqui que quando o Banco do Brasil, que era o maior banco rural do mundo, financiava as cooperativas - e durante muito tempo ele assim fez, as cooperativas não tinham programa quase. Por quê? Porque o Banco do Brasil acompanhava de perto os financiamentos concedidos. Toda a semana lá estava um fiscal do Banco do Brasil furando o café, furando a soja, naquele tempo era mais café, orientando tecnicamente a conservação, comparecia às assembleias das cooperativas para dar orientação técnica. Então a coisa andava bem.

Aliás, naquele tempo, isto foi antes também da criação do Banco Central, um pouco antes, que o Banco do Brasil controlava a emissão de moeda neste País, a inflação era melhor controlada.

Mas, posteriormente, saiu o chamado Banco Nacional de Crédito Cooperativo, com agências só em São Paulo e em poucas grandes cidades e passou a financiar as cooperativas à distância. Então as cooperativas, por falta daquela costumeira assessoria técnica que lhes dava o Banco do Brasil, passaram a enfrentar as dificuldades que culminaram com o estado de quebraadeira geral das cooperativas.

Por esta razão que quando Deputado Federal ainda no primeiro mandato, apresentei um projeto de extinção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo o que veio a ocorrer há dois ou três anos a mais; hoje já não existe realmente mais o Banco Nacional de Crédito Cooperativo porque ele não apresentou razão de ser.

O Banco do Brasil e aqui no Paraná o Banco do Estado, são aqueles que têm a

competência para financiar e orientar as cooperativas.

Por último, é lamentável que estes fatos tenhamos que trazer nestes dias em que se comemora o Dia Internacional de Cooperativismo, ocorrido no dia 03 de julho. Vamos colocar esta questão como reflexão para todos nós, o cooperativismo, a grande bandeira de nossa agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário do PL concedo a palavra ao Deputado Heinz Herwig. (Declina).

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Só queria registrar com grande satisfação a presença do Vereador de Pitanga, do PDT, Marcos Zanini.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Queria registrar também a presença do Vereador de Alto Piquiri, Wilson Gruvinel.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu horário. (Declina).

Do PFL. (Declina).

Do PT. (Declina).

Do PDT. (Declina).

No Horário do PP concedo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas gostaria de levar ao conhecimento dos Srs. Deputados que soubemos, através da imprensa, que havia uma denúncia que envolve o atual Prefeito da Cidade de Pérola, Gentil Scalco.

O fato me causou estranheza, uma vez que temos conhecimento pela Região Noroeste, onde representamos alguma parte dos municípios na Região de Cianorte e conhecemos o Sr. Gentil Scalco, o Professor Gentil, que já teve a oportunidade de ser Prefeito de Pérola, e, hoje, pela segunda vez, está na rédea do executivo daquela Cidade. E nós que o conhecemos desde a sua primeira administração podemos afirmar de que fez uma administração digna, séria, correspondendo com os anseios da sociedade, a confiança depositada pelos eleitores daquela Cidade, e lamentamos profundamente, não sabermos as origens das denúncias, podem ser até por questões políticas, porque existem os políticos que participam do processo eleitoral mas não têm a convicção de que a participação do processo eleitoral, não só se resume através das vitórias, existem, também, as derrotas e existem as pessoas despreparadas que não acei-

tam as derrotas.

Lamento profundamente, espero que esse fato venha a ser esclarecido à população da Cidade de Pérola, principalmente ao nosso Estado do Paraná, uma vez que temos a confiança de que isso não passará apenas de boatos políticos ou de interesses escusos com relação a vitória do Sr. Prefeito Gentil Scalco. Eu, pelo menos, posso dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que durante o tempo em que convivi e que conheci o atual Prefeito Gentil Sacalco, da nossa pessoa, quero reafirmar de que nada desabona a sua conduta.

Concedo aparte ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Agradeço a V. Exa. pelo aparte que me concede, e quero me somar às suas palavras com relação ao brilhante companheiro Gentil Scalco. Nós que temos a satisfação de representar o município de Pérola aqui na Assembléia Legislativa, que tivemos, já, a oportunidade, em 1982 quando candidato à Deputado Estadual tínhamos como companheiro o candidato a Prefeito o nosso amigo Gentil Scalco.

Vitorioso que foi nas urnas, vitorioso que foi na sua administração porque, sem dúvida, fez uma bela administração. Foi tão boa a sua administração que por reconhecimento da comunidade de Pérola, de nossos amigos de Pérola, de Boa Esperança, de Corcovado, é que fizeram com que Gentil voltasse à administração municipal.

Gentil retornou pelas urnas com apoio de seus companheiros, uma campanha que não tinha ele condições financeiras de fazer extravagâncias, assim como foram os seus adversários que com pouco período de residência não queriam praticamente disputar as eleições e sim fazer com que as eleições fossem feitas a base de propinas, etc.

Eu me alio à defesa que faz V. Exa. ao Prefeito Gentil Scalco, e também lamento que esteja ele hoje, passando por denúncias junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Mas, vamos torcer, vou torcer pela sensibilidade e responsabilidade que têm os desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral, de fazer com que continue à frente da administração municipal de Pérola esse brilhante administrador Gentil Scalco, que ao seu lado, como vice, continue o Sr. Lindolfo e que o Vicente Scalco, Vereador mais votado daquele município não venha sofrer, também, a perda do seu mandato, por injúrias e difamações que fazem os adversários do Gentil, do Lindolfo e do Vicente.

Vamos torcer e pedir aos nossos amigos, aos nossos companheiros desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral que façam justiça fazendo com o que o Gentil

Curitiba, terça, em 06.07.93

permaneça à frente da administração porque é o que o povo do Paraná quer.

Muito obrigado, companheiro Dirceu Manfrinato, e meus parabéns por esta brilhante idéia que teve de vir no Horário da Liderança do nosso Partido citar aqui o bem que faz o nosso companheiro Gentil para o Município de Pérola.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Nós é que agradecemos, Deputado Nilton Barbosa.

Gostaríamos de dizer que a nossa defesa se relaciona com a questão da amizade que nós temos com o Professor e Prefeito Gentil. Sabemos que V. Exa. é o Deputado oficial, e que muito bem representa a cidade de Pérola, mas, pelos laços de amizade e pelo conhecimento que temos ao longo do tempo, nós não poderíamos deixar de passar despercebido.

Evidentemente esta colocação não seria a defesa, mas, sim, um alerta porque, se analisarmos com relação ao abuso do poder econômico, saberíamos que muitos políticos já deveriam ter perdido os seus mandatos.

As justificativas que vimos pela imprensa não fazem jus ao pedido de cassação do atual prefeito.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 2288/93, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na presente Sessão Ordinária, em virtude de compromissos em sua região. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, com apoio dos Senhores Deputados Renato Adur, Erondy Silvério, Nilton Barbosa e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando que sejam realizadas sessões extraordinárias, quantas forem necessárias, logo após a presente, para votação em 3ª. Discussão e Redação Final de matérias constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado, por unanimidade.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio dos Deputados Renato Adur e Severino Félix, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Substitutivo Geral n° 09 sobre todas as Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n° 320/93. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Pregonese, constante de:

expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído ao Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 279/93, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N° 031/93, fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 955.860.000.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta milhões de cruzeiros), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tendo em vista requerimento aprovado na Sessão de ontem para que esta se transformasse em Comissão-Geral do Plenário para dar parecer ao Projeto de Lei 279/93, em

OF. N° 464/93 - APPA,
Paranaguá, 06 de julho de 1993.

Senhor Deputado:

Em atenção ao Ofício OF/012/93, de 05.07.93, informamos a V. Exa., que o referido Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, encaminhado a essa Assembléia, tem por objetivo o atendimento das despesas provenientes do gerenciamento da atividade portuária e investimentos portuários.

No Quadro de Natureza da Despesa apresentado em anexo, temos a esclarecer:

Em Cr\$ 1.000,00		
Código 1017	Investimento Portuário (Ampliação do Cais)	
4110.00 - 50	Obras Cíveis	50.000.000,00
4120.00 - 50	Material Permanente	100.000.000,00
Código 2728	Gerenciamento de Operações Portuárias	
3132.04 - 50	Informática	50.000.000,00
3132.08 - 50	Serviços de Terceiros (Dragagem)	515.860.000,00
3191.00 - 50	Sentenças Judiciais (Pagamento Dissídios 92/93)	90.000.000,00
4120.00 - 50	Material Permanente (Equipamentos Portuários)	150.000.000,00

Outrossim, esclarecemos que o crédito suplementar, deve-se ao excesso de arrecadação, por tendência, apresentado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, determinado pela Secretaria de Estado dos Transportes (G.P.S.) e aprovado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência as nossas atenciosas saudações.

(a) MÁRIO MARCONDES LOBO

substituição ao parecer da Comissão de Finanças, solicito ao Nobre Deputado Lourenço Fregonese, Presidente da Comissão de Finanças, que nos ofereça parecer ao Projeto de Lei 279/93 a ser apreciado pelo Plenário.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Finanças e após documento oficial do Estado do Paraná, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, assinado pelo Superintendente do Porto de Paranaguá, ficou bastante claro agora a destinação dos recursos que nós havíamos pedido em diligência.

Nós, em primeiro lugar, gostaríamos de comunicar a esta Casa que, com este documento em mãos que ficará afixado na Comissão de Finanças, inclusive para auxiliar os trabalhos que serão conduzidos através da Comissão Especial, somos favoráveis à tramitação deste projeto nesta Casa na data de hoje.

Gostaria de ler o ofício que nós recebemos da administração.

(Lê)

Superintendente

Em dois itens nós queremos dar algumas explicações.

No código 1017 - Investimento Portuário nos itens 4110, 4120 - Obras Cíveis e Material Permanente, veio uma resposta dizendo que esse dinheiro será para ampliação do cais. São três milhões de dólares, cinquenta milhões para obras cíveis de am-

pliação do cais e cem milhões para compra de equipamentos.

Espero que esse seja o começo, realmente, da ampliação do cais de Paranaguá e no Gerenciamento de Operações Portuárias, no item que nós levantávamos ontem a nossa preocupação, veio o seguinte:

Item 313208/50 - Serviços de Terceiros a Administração dos Portos através de documento oficial coloca todos os dez milhões de dólares em dragagem do Porto de Paranaguá, portanto serão quinhentos e quinze bilhões oitocentos e sessenta milhões para dragagem efetiva do Porto de Paranaguá.

Queremos esclarecer esse Plenário, uma draga hoje para ser adquirida custa entre trinta e quarenta milhões de dólares. O Governo do Estado através de documento oficial está destinando 33,33% para dragagem, esperamos com isso que o Governo cumpra esses 33,33% do valor da compra de uma draga e efetivamente seja esse dinheiro levado para dragagem efetiva do Porto de Paranaguá, para que ele não venha mais a sofrer os problemas que vem sofrendo. Somos favoráveis a aprovação da suplementação, tendo sempre o cuidado e o controle para que esse quinhentos e cinco bilhões, oitocentos e sessenta milhões sejam reservados para a dragagem do Porto de Paranaguá, com isso mostrando a todo o Estado do Paraná que a exposição técnica colocada aqui pela Capitania dos Portos tem procedimento, o Porto realmente está assoreado e precisando, com essa suplementação de dez milhões de dólares o Governo concorda com o problema do calado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o parecer favorável da Comissão de Finanças e Comissão Geral de Plenário, fornecido pelo Deputado Lourenço Fregonese. **Aprovado por unanimidade.**

Está em discussão o projeto 279, em votação. **Aprovado em 1.ª discussão.**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/93, fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 22.041.524.000,00 (vinte e dois bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil cruzeiros), conforme especifica. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por

05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 181/93.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/93, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti, Heinz Herwig e Outros, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cooperação Técnico-Financeira com o Governo do Estado de Santa Catarina, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral de Plenário. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/93, de autoria dos Deputados Renato Adur, Heinz Herwig e Outros, que autoriza o Poder Executivo a vender, no todo ou em parte, as ações de seu patrimônio, detidas junto à TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral de Plenário.

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário, em nº de 09 (nove), de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 320/93

Art. 1º - O Art. 2º da referida Lei passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - Os recursos obtidos através da venda das ações citadas no Art. 1º, deverão ser utilizados na construção da ponte sobre o Rio Paraná no Município de Guaíra, na duplicação do trecho paranaense da Rodovia BR-376.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ÉLIO RUSCH

Apoiamento: Duílio Genari, Heinz Herwig, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

As obras mencionadas no texto original do Projeto são de fundamental importância para todo o Estado do Paraná.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Artigo Único: O Art. 2º, do Projeto de Lei em tela, passa a vigor com a seguinte redação:

"Artigo 2º - Os recursos obtidos através da venda das ações citadas no Art. 1º, deverão ser utilizados na conclusão da Ponte sobre o Rio Paraná, que liga o Estado do Paraná ao Mato Grosso do Sul, no município de Vila Alta (Porto Camargo).

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) NILTON BARBOSA

Apoiamento: Dirceu Manfrinato, Costenaro Neto, Edson Silva Lino, José Arthur Ritti e Nelson Garcia.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Artigo Único: O Art. 2º, do Projeto de

Lei em tela, passa a vigor com a seguinte redação:

"Artigo 2º - Os recursos obtidos através da venda das ações citadas no Art. 1º, deverão ser utilizados na conclusão da estrada Boiadeira, que liga o Município de Campo Mourão a Cruzeiro D'Oeste.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) NILTON BARBOSA

Apoio: Dirceu Manfrinato, Costenaro Neto, Edson Silva Lino, José Arthur Ritti e Nelson Garcia.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

Art. 2º - Os recursos obtidos através da venda das ações citadas no Art. 1º, deverão ser utilizados na construção da ponte sobre o Rio Paraná, no Município de Guaíra, na duplicação do trecho paranaense da Rodovia BR-376, no contorno Sul de Rolândia e, subsidiariamente, em obras de grande prioridade para o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) EURIDES MOURA

Apoio: Nelson Garcia, Oswaldo Trevisan, Cezar Silvestri e Basílio Zanusso.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

"Art." - Os recursos obtidos através da venda das ações citadas no artigo 1º, também deverão ser utilizados no asfaltamento da estrada que liga Cornélio Procopio a Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

Apoio: Domingos Carvalho, Luiz Carlos Alborghetti, Eurides Moura, Dirceu Manfrinato, Cezar Silvestri, Nilton Barbosa, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Luiz Henrique Bona Turra, Toti Colaço e Nelson Garcia.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

"Art." - Os recursos obtidos através da venda das ações citadas no artigo 1º, também deverão ser utilizados na construção da ponte sobre o Rio Paraná no Município de Guaíra, na duplicação do trecho paranaense da Rodovia BR-376, no asfaltamento do trecho estadual Guamirin a Inácio Martins, Irati a São Mateus do Sul, Guaragi a Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Oswaldo Trevisan, Luiz Carlos Alborghetti, Eurides Moura, Alceu Swarowski, Hermas Brandão e João Iensen.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 07

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a cessão de controle, em caráter oneroso, a instituições financeiras públicas do país ou a companhias do sistema TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras S.A. das ações de que é titular o

Estado do Paraná junto à TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná S.A..

Parágrafo Único - O Poder Executivo normatizará em ato próprio e submeterá à aprovação da Assembléia Legislativa a planificação, avaliação das ações e demais procedimentos legais exigíveis para a alienação.

Art. 2º - Os recursos decorrentes da cessão de controle referida no artigo 1º, serão destinados às obras de construção da ponte sobre o Rio Paraná, no Município de Guaíra, de duplicação do trecho paranaense da Rodovia BR-376 e, subsidiariamente, à consecução de obras de interesse estratégico do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Erondy Silvério, Toti Colaço, Orlando Pessuti e Doutor Rosinha.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 08

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar a instituições financeiras públicas do país ou a companhias do sistema TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras S.A. as ações de que é titular o Estado do Paraná junto à TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná S.A..

Parágrafo Único - O Poder Executivo regulamentará em ato próprio e submeterá à aprovação da Assembléia Legislativa a planificação, avaliação das ações e demais procedimentos legais exigíveis para a alienação.

Art. 2º - Os recursos decorrentes da alienação referida no artigo 1º serão destinados às obras de construção da ponte sobre o Rio Paraná, no Município de Guaíra, de duplicação do trecho Paranaense da Rodovia BR-376 e, subsidiariamente, à consecução de obras de interesse estratégico do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Renato Adur, Cezar Silvestri, Nereu Alves de Moura, Geraldo Cartário, Emilia Belinati, Paulo Maia, Erondy Silvério, Algaci Túlio e Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

A natureza estratégica do setor de telecomunicações é o fundamento das alterações introduzidas pelo presente Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 320/93.

De fato, a negociação em Bolsa de quantidade expressiva de ações do Estado do Paraná junto à TELEPAR implicaria queda abrupta do valor das ações, hoje cotadas em valor inferior ao valor patrimonial.

Além disso, significaria a deflagração de processo de privatização branca da companhia, de tudo resultando prejuízos aos interesses do Paraná e do Brasil.

Preserva o Substitutivo em tela os objetivos colimados pelo projeto original, isto é, garante a viabilização dos recursos necessários à consecução das obras indicadas, sem, contudo, refugir da esfera pública a quantidade de ações hoje controladas pelo Estado do Paraná.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DE PLENÁRIO, DE N° 09

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a vender no todo ou em parte, as ações de seu patrimônio, detidas junto à TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná S.A..

Parágrafo Único - A operação de venda das Ações da TELEPAR de propriedade do Estado do Paraná, será coordenada pela Banestado Corretora de Câmbio, Título e Valores Mobiliários S/A.

Art. 2° - As referidas ações deverão ser vendidas no mercado de balcão ou em pregão na Bolsa de Valores do Paraná.

Parágrafo Único - As operações de que trata esta lei deverão ser acompanhadas por 5 (cinco) membros indicados pelo Poder Legislativo.

Art. 3° - Os recursos obtidos através da venda das ações citadas no art. 1°, deverão ser utilizados na construção da ponte sobre o Rio Paraná no município de Guaíra, na duplicação do trecho paranaense da Rodovia BR-376 e, se houver excedente financeiro, será aplicado em obras de grande prioridade para o Estado do Paraná.

Art. 4° - O Poder Executivo fixará em decreto os demais procedimentos a serem adotados para cumprimento desta Lei.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(aa) RENATO ADUR

HEINZ HERWIG

ANIBAL KHURY

Apoiamento: Oswaldo Trevisan, Emilia Belinati, Paulo Maia, Hermas Brandão, Cezar Silvestri, Nelson Garcia, Namir Piacentini, Luiz Carlos Alborghetti, Nilton Barbosa, Toti Colaço, Severino Félix, Erondy Silvério, Dirceu Manfrinato, Duílio Genari, Arlindo Troian, Edson Silva Lino, Nelson Justus, Costenaro Neto, Basílio Zanusso e Elío Rusch.

E, ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente, solicitando o adiamento por 10 (dez) sessões. **Rejeitado.**

E, também, no mesmo sentido, requeri-

Curitiba, terça, em 06.07.93

mento de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 320/93. **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa orienta o Plenário: iremos, neste momento, colocar em votação os Requerimentos de retirada da Ordem do Dia. Evidentemente, se aprovados, o Projeto não será apreciado na tarde de hoje.

Em votação o Requerimento dos Deputados Ernani Pudell e Luiz Henrique Bona Turra, no mesmo sentido, pedindo o adiamento por dez Sessões do Projeto de Lei n° 320/93.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Sr.

Sr. Presidente, antes que V.Exa. coloque em votação os requerimentos de adiamento da votação, eu pediria a V.Exa. que fizesse distribuir aos Srs. Deputados o Substitutivo de Plenário, que me parece se encontra na Presidência, para que os Deputados pudessem fazer uma avaliação deste Substitutivo e daí nos orientarmos melhor, se votamos pelo adiamento ou se decidimos pelo Substitutivo. Parece-me que precisaríamos estar aqui municiados deste Substitutivo.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Queria responder ao Deputado Oswaldo Trevisan, dizendo que nós já providenciamos as cópias deste Substitutivo e dentro de mais um ou dois minutos serão distribuídos aos Senhores Deputados.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Consulto V.Exa., sugerindo a suspensão dos trabalhos por dois ou três minutos, tempo necessário para que cheguem os xerox, para que todos os companheiros possam ter conhecimento do Substitutivo, embora nós já tenhamos conhecimento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Até que V.Exa. decida sobre a sugestão do ilustre Deputado Trevisan, o que me parece evidentemente lógico e oportuno, gostaria até para a orientação do meu voto, também, ouvir rápidas palavras do Líder do Governo, ilustre Deputado Adur, acerca da manifestação do interesse ou não do Governador, do Executivo, acerca desta alienação, desta venda das ações da TELEPAR.

Não quero discutir a iniciativa do Deputado Renato Adur e do Deputado Heinz, no caso, de disponibilidade de bens, mas sem querer discutir a oportunidade da iniciativa, gostaríamos de saber, porque até agora o Senhor Governador não falou nada, nós não estamos sabendo o que é que o Palácio pensa, Deputado Renato Adur, acerca

desta transação, desta alienação, desta cedência. Porque me parece que gira em torno de 5% do patrimônio da TELEPAR. E, ao votarmos o Projeto e também ao apreciarmos as Emendas que serão postas em Plenário, gostaríamos de saber, sucintamente, ilustre Deputado Líder do Governo, se Vossa Excelência tem conhecimento do que pensa o Chefe do Executivo acerca desta proposição.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, enquanto está sendo providenciado o xerox da Proposição apresentada, solicito de Vossa Excelência a possibilidade de nós votarmos, então, os outros três Projetos da pauta. E logo em seguida votaríamos este, que os Deputados teriam a oportunidade de já estarem com a cópia na mão.

Eu solicito de Vossa Excelência esta viabilidade.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - O ques-

tionamento do Deputado Basílio Zanusso é perfeitamente acatável por esta Liderança. Entretanto, nós apenas estávamos aguardando o momento oportuno, no encaminhamento do Substitutivo, para podermos dar as explicações necessárias. Por enquanto, nós estamos apenas discutindo ou colocando em votação, apreciando, os Requerimentos de retirada da Sessão deste Projeto de Lei, deste Substitutivo.

Então, no momento oportuno nós teremos o prazer de fazer o encaminhamento.

Agora, eu também reitero ao Presidente para que pudéssemos votar as outras matérias, deixando esta por último, o que daria perfeitamente tempo para que os Srs. Deputados tivessem as informações a respeito do Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa passa a esclarecer as Questões de Ordem. Tendo em vista a manifestação e também de que existem nove emendas de Plenário, a Mesa determinou à sua assessoria que providenciasse cópias suficientes de todas as emendas a todos os Deputados. E diante da manifestação oriunda do Plenário, nós transferimos a apreciação dessa matéria para o final da Sessão, logo após a votação das demais, de forma e de maneira que os Deputados possam conhecer todas as emendas, que serão em seguida também, se permanecer na Ordem do Dia, relatadas em Comissão Geral de Plenário.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 256/93, de autoria do Tribunal de Contas, ficam criados 03 (três) cargos de provimento efetivo de Procurador de Estado junto ao Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. de C.F.. Aprovado,

artigo por artigo.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 164/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera a redação do Art. 7° da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991, Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado o Projeto, por unanimidade, artigo por artigo.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 130/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 09/93, dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o Exercício de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.. Emenda do Poder Executivo através da Mensagem n° 028/93. Com Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento. Apreciar neste turno a Emenda Substitutiva Aprovada em 2.^a Discussão.

Lembramos aos Srs. Deputados que esta matéria recebeu parecer favorável da C.C.J. e Comissão de Orçamento, e que neste turno iremos apreciar apenas a emenda substitutiva geral da Comissão de Orçamento que já foi aprovada em 2.^a discussão.

Está em discussão o substitutivo geral da Comissão de Orçamento.

Está em votação o substitutivo. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Qual o objeto da votação?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Objeto é o item número 01, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente esclarecido, a Mesa consulta o Plenário mais uma vez. Está em votação a emenda substitutiva geral da Comissão de Orçamento já aprovada em 2.^a discussão. Senhores Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade.

A Presidência suspende a Sessão por alguns instantes até que possamos fazer chegar às mãos dos Srs. Deputados cópia das emendas ao Projeto 320/93, e serão relatadas em Comissão Geral.

Está suspensa a Sessão por alguns instantes.

Está reaberta a Sessão.

A Mesa registra com satisfação e a pedido do Deputado Basílio Zanusso a presença do Prefeito de Presidente Castelo Branco, Sr. Milton Proleis, e do Presidente da Câmara, Vereador Alcides Paccina.

A Mesa também, atendendo solicitação do Deputado Mário Bezerra convida os senhores Deputados para a instalação da Comissão Especial de Investigação sobre o assoreamento e calado do Porto de Paranguá, reunião esta que acontecerá logo após a Sessão Plenária na Sala das Comissões.

Vamos, neste instante, já devidamente distribuídas as emendas aos Senhores Deputados, apreciar em segunda votação, já que a discussão foi encerrada anteriormente, o Projeto de Lei nº 320/93 lembrando que existem emendas de Plenário.

Antes das emendas, requerimento dos Deputados Ernani Pudell e Luiz Bona Turra: adiamento por dez Sessões do Projeto de Lei 320/93. **Em votação.**

O SR. OSWALDO TREVISAN - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O encaminhamento é do Requerimento de adiamento da votação.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu me inscrevo para encaminhar também, Sr. Presidente.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Acredito que seja discussão. Está em discussão o requerimento?

O SR. PRESIDENTE - Não. Neste requerimento não cabe discussão, apenas votação e Vossa Excelência usará da palavra para encaminhamento da votação do Requerimento de adiamento.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Votação sem discussão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE - Este requerimento não tem discussão, nobre Deputado.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, vamos votar. Eu vou votar ou vou encaminhar para a votação também.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu faço como encaminhamento. Pretendia eu, Sr. Presidente, por entender que cabe discussão com base no artigo 149, a discussão seria por trinta minutos, com direito a apartes e me parece que é uma oportunidade que a Casa tem de discutir este requerimento. Mas como eu disse num aparte que eu dei ao Deputado Bona Turra há pouco, a questão precisa da análise desta Casa. Eu antecipei que a minha preocupação é votarmos esta questão e ainda pretendo votar com a urgência

que o caso requer, mesmo porque me informam, eu ouvi ontem durante os debates todos de Plenário que nós temos recursos previsto no Orçamento da União e que se nós liberarmos os recursos do Paraná com a rapidez que se exige, nós teremos também rapidamente os recursos da União.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Peço a atenção do Deputado Oswaldo Trevisan. Art. 132, § 2º (LE): "Serão inscritos e independem de apoio e de discussão...". Aí vamos lá no item 8º:

"Adiamento da discussão ou da votação."

Portanto, Deputado, de acordo com o parágrafo 2º do art. 132 esse requerimento independe de discussão, somente de votação.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Então peço para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Queria pedir escusas ao Deputado Oswaldo Trevisan, mas do esclarecimento que fez a Presidência ao Plenário, eu entendi que o requerimento que está sob apreciação, independe de discussão.

Foi o que eu entendi, Sr. Presidente, assim sendo não existe o encaminhamento. Parece que deve discutir na oportunidade em que o Projeto, a proposição estiver em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa solicita ao Deputado Trevisan que se atenha ao encaminhamento de votação do requerimento que pede adiamento de votação.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu me reservo então para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No momento oportuno Vossa Excelência poderá pedir a palavra para encaminhamento de votação.

Está em votação, para encaminhar o requerimento.

Com a palavra o Deputado Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Justifico o pedido de adiamento da votação, em fase de haver controvérsia quanto aos interesses do Paraná em que a alienação das ações da TELEPAR seja processada do modo como propõe Projeto original, como também e isso vem repetido no substitutivo geral último apresentado.

Em discussão que mantive com Sua Excelência o Governador, no último final de semana em Cascavel, manifestei a ele a apreensão quanto a natureza, conteúdo e

implicações do Projeto como originalmente apresentado. De imediato o Governador entende que as obras indicadas são obras estratégicas, devem ser realizadas, compreendeu as nossas posições e as nossas razões, inclusive manifestando-se pela conveniência da sugestão que nós indicamos.

No entanto, no debate em plenário para justificar a severidade da votação, o nobre Líder da Bancada do Governo e do PMDB, afirma, ao contrário, e nisso é seguido pelo Deputado Heinz que o Governador deseja processar alienação das ações da Telepar, deste modo, isto é, de modo lesivo aos interesses do Paraná, aos interesses das telecomunicações brasileiras e em prejuízo dos interesses que representamos na Assembléia Legislativa.

Portanto, há uma divergência entre o que ouvi de Sua Excelência o Governador do Estado e aquela que trouxe o Líder da minha Bancada aqui na Assembléia Legislativa.

Há uma divergência de fundo. Pretende-se fazer aprovar aqui como se aval tivesse do Governador do Estado em um projeto que é nocivo aos interesses do Paraná.

Pretende-se utilizar da influência que tem - e qualquer governador tem no Poder Legislativo - para fazer aprovar um projeto que guarde o mérito quanto às obras que pretende realizar, mas que padece de uma enfermidade que não pode ser contornada quanto ao modo como desejam carrear e garantir recursos perante ao outro.

Há uma controvérsia.

Portanto, quero registrar isto e requerer à mesa e ao conjunto dos Parlamentares para que possamos debater e não é apenas a posição do Governador que vale no Poder Legislativo.

Talvez, como poucos, venho de longe, há mais de década e meia que caminho com o Governador, muito antes de ocupar cargo público, ele e este parlamentar. Mas não confundam apoio ao Governo com rendição, não confundam apoio ao governo com negócios.

É nessa condição de Parlamentar que exerce com dignidade o seu mandato que quero aqui manifestar ao conjunto de meus colegas parlamentares que, como eu, com dignidade exercem os seus mandatos para que possamos adiar esta matéria e aprofundar este debate, porque temos o prenúncio da aprovação do texto original com a reforma que em nada altera o conteúdo que vem neste último Substitutivo Geral.

São estas as razões para que adiemos a votação, para que possamos processar consultas ao conjunto de setores interessados, para que possamos aprofundar esse debate com o Poder Executivo.

Não é possível votar um projeto que sequer justificativa tem!

A aprovação do Projeto original sem uma justificativa será objeto senão de rejeição desta Casa ao menos a rejeição das ruas.

Será objeto de rejeição do Poder Judiciário, porque com certeza terão consequências no Paraná ingressando com ação popular contra este ato que se pretende perpetrar contra o Estado do Paraná.

São estas as razões do adiamento para que possamos refletir e ter compreendido as legislações e os interesses que estão em jogo nesta matéria.

Esta a razão do nosso Requerimento, do nosso pedido de adiamento da votação para que possamos, com os ânimos serenos, na função do interesse público e não rapidamente sob o escudo de obras prioritárias e fundamentais fazer aprovar algo que não interessa ao Estado do Paraná.

Estas as razões, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Requerimento.

Para encaminhar, Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, daremos a resposta devida ao Deputado Bona Turra como a resposta no encaminhamento da votação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o adiamento por 10 sessões do Projeto 301/93.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Três Deputados aprovam o adiamento.

Os Deputados que rejeitam o adiamento.

Está **rejeitado** o adiamento. E **rejeitados**, evidentemente, os dois requerimentos.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Só para registrar o voto contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Florisvaldo Fier, Deputado Bona Turra e Deputado Nereu Moura...

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Questiono a Vossa Excelência se o PT tem voto de Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Neste momento, tendo em vista requerimento de transformação da sessão em Comissão Geral apreciação deste Projeto...

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Não pode ser o voto do Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Designo o Deputado Heinz Herwig, para relatar as 9 emendas de Plenário, em Comissão Geral.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, as 9 emendas apresentadas ao presente Projeto de Lei, visam naturalmente, recursos para outras obras, todas de grande importância para o Estado do Paraná.

Apenas a primeira Emenda, do Deputado Élio Rusch visa suprimir uma expressão ao final do nosso texto, para ficar mais claro que os recursos destinados pela venda das ações, eram exclusivamente para construção da ponte de Guaíra e da Rodovia BR-376. A nós, no Substitutivo Geral que apresentamos, e vou ler no final, isto ficará bem claro.

As demais emendas apresentadas pelos senhores Deputados, todas são de suma importância, porque querem a execução de obras rodoviárias nas suas regiões que, tenho certeza, beneficiarão em muito a população das suas regiões. Mas, tendo em vista, que o projeto de lei ora em questão visa apenas a execução dessas obras e de conformidade com entendimentos com o Senhor Governador do Estado que afirmou aos Deputados que nos acompanharam naquela época, em visita ao Palácio do Governo, que a execução dessas obras com recursos da venda de ações, possibilitaria a sobra de alguns recursos para a execução de algumas obras rodoviárias no Estado do Paraná, ainda no próximo ano.

Naturalmente os Deputados que subscreveram essas emendas, vão ter possibilidade de conversar com o Governador e como emendas ao orçamento do próximo ano, poderão ser beneficiadas.

Portanto, somos contrários à inclusão de novas obras nesse projeto de lei, porque senão nenhuma dessas obras poderia ser executada.

Somos, portanto, favoráveis ao Substitutivo Geral que gostaria de ler aos Senhores Deputados. (Lê):

"EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

AO PROJETO DE LEI N° 320/93

Art. 1° - Fica o Poder Executivo ao vender no todo ou em parte, as ações de seu patrimônio, detidas junto à TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná S.A.

Parágrafo Único - A operação de venda das Ações da TELEPAR, de propriedade do Estado do Paraná, será coordenada pela BANESTADO Corretora de Câmbio, Título e Valores Mobiliários S.A.

Art. 2° - As referidas ações deverão ser vendidas no mercado de balcão ou em pregão na Bolsa de Valores do Paraná.

Parágrafo Único - As operações de que trata esta Lei deverão ser acompanhadas por 5 (cinco) membros indicados pelo Poder Legislativo.

Art. 3° - Os recursos obtidos através da venda das ações, citadas no art. 1° deverão ser utilizados na construção da pon-

te sobre o Rio Paraná, no Município de Guaíra, na duplicação do trecho paranaense da Rodovia BR-376 e, se houver excedente financeiro, será aplicado em obras de grande prioridade para o Estado do Paraná.

Art. 4° - O Poder Executivo fixará em decreto os demais procedimentos a serem adotados para cumprimento desta Lei.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(aa) RENATO ADUR, ANIBAL KHURY,
NELSON JUSTUS, EDSON LINO,

ADEMAR TRAIANO, COSTENARO NETO
BASILIO ZANUSO, ÉLIO RUSCH,
TOTI COLAÇO, HEINZ HERWIG, ALBORGHETTI,
NAMIR PIACENTINI, NELSON GARCIA,
CEZAR SILVESTRI, HERMAS BRANDÃO,
PAULO MAIA, EMILIA BELINATI,
e OSWALDO TREVISAN."

Por isso, Senhor Presidente, somos favoráveis à aprovação da emenda SUBSTITUTIVA GERAL que melhora e redação do Projeto de Lei que apresentamos a esta Casa na semana passada.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - O Deputado Relator limitou-se a proceder a leitura da emenda substitutiva geral, sem tratar, como deveria fazer, - e isto é da técnica legislativa, de um a um dos demais projetos de emenda ao texto original. Em especial trata a questão de fundo que ora se debate, que não é a consecução dos entendimentos, em torno das quais há consenso da Casa, mas quanto ao modo de proceder a alienação.

A primeira questão que peço à Mesa, possa resolver, é um procedimento por parte da relatoria quanto à questão de fundo, e assim reputa a sociedade, assim reputa a imprensa, como também todos os Parlamentares desta Casa, o modo como vai se proceder a alienação das ações do Estado junto à TELEPAR.

Como questão de ordem seguinte um esclarecimento sobre se a votação do substitutivo geral, o último apresentado, é feito preliminarmente, suprimindo todos os demais, para que pudéssemos ter esclarecimentos sobre como encaminhar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - O processo de votação será decidido pelo plenário em função de requerimento que temos à Mesa solicitando preferência para discussão e votação da emenda n° 9. Se o Plenário entender assim, será ela apreciada por primeiro. Do contrário, na ordem cronológica de chegada à Mesa.

Está em discussão o Parecer do Deputa-

do Heinz.

O SR. NILTON BARBOSA - Para discutir.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, a questão de ordem anterior é sobre o pronunciamento da relatoria em relação à questão de fundo, que é o modo como se vai proceder a alienação das ações da TELEPAR. Porque a divergência fundamental está em que a proposição, o substitutivo que apresentamos, busca garantir os recursos para consecução dos empreendimentos indicados no projeto original como também na emenda substitutiva geral, sem que signifique a cedência ou alienação a terceiros particulares. Mas sim a cessão, ou mesmo o processo de alienação, a instituições públicas, financeiras ou à companhia do sistema TELEBRÁS.

É uma questão de fundo, e creio que a relatoria deveria se pronunciar também sobre este aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Deputado Heinz e ao Deputado Bona Turra que a Comissão Geral oferece pareceres sobre o aspecto constitucional das emendas e também quanto ao mérito das emendas.

O Deputado Heinz Herwig relatou pela apreciação das emendas, pelo recebimento das emendas e manifestou-se, quanto ao mérito, pela aprovação da emenda nº 09 e contrário às emendas nºs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Portanto, na nossa opinião, dentro daquilo que é exigido pelo nosso Regimento, manifestou-se o Deputado Heinz. O parecer dele está em discussão neste momento.

O SR. NILTON BARBOSA - Para discutir.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na verdade o parecer do Relator Heinz Herwig é contra todas as emendas, dentre elas duas são de minha autoria. Há preocupação de nossa parte e até motivo de conversações com diversos outros Parlamentares de nossa bancada e das bancadas dos demais partidos com assento nesta Casa, pela necessidade de se transferir esta discussão para o mês de agosto. Não dizendo com isto que somos contra o projeto do nobre Líder do Governo, do Deputado Heinz Herwig.

Concordamos em parte com a preocupação do Deputado Bona Turra.

Mas Senhor Presidente, o projeto dos companheiros traz aqui a conclusão da Ponte de Guaíra, obra esta, também do Prefeito da nossa região. Nós sabemos a importância desta obra para todo o Paraná, mas em especial para a nossa região, a região de Umuarama, que de um lado podemos dizer, até, seria um mal necessário, porque o Pa-

raná tem diversas universidades estaduais, como em Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, tem universidade federal.

O Noroeste não tem a sua universidade estadual, mas podemos dizer, até, que por esforço pessoal do cidadão que escalou na cidade de Umuarama, há mais de 15 anos, terá uma Universidade particular, a primeira do Paraná. Isso já deu impulso à Umuarama e porque não dizer à região. É evidente que o investimento que faz o professor Cândido, proprietário da APEK, foi visando a construção de uma das suas pontes ora com suas obras paralisadas.

Eu quero dizer que somos favoráveis à conclusão da Ponte de Guaíra, ponte que já foi motivo de muitas promessas políticas, que já serviu à sede do município de Guaíra para muitos discursos políticos onde o povo ouvia muitas promessas da conclusão daquela ponte, onde já passaram diversos ministros e até hoje está lá a sua paralisação. Nós somos favoráveis sim, a conclusão daquela ponte que há muito já devia estar concluída.

Nós já denunciávamos, inclusive, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o descaso do Governo Federal, da ELETROSUL, onde ela tem uma área de terra muito grande, das terras mais fortes do mundo abandonada lá em Guaíra, e que nós ainda vimos nos jornais de ontem e de hoje a ELETROSUL aceitando uma proposta da Prefeitura de Guaíra para comprar umas casas abandonadas que estão lá. Nós queremos sim, Senhor Presidente, Senhores Deputados a conclusão daquela Ponte porque vai beneficiar Guaíra, vai devolver um pouco, do muito que Guaíra perdeu, vai beneficiar o Paraná e a nossa região.

Nós queremos a conclusão daquela ponte. Nós queremos a duplicação da BR-376, também, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Mas nós queremos dados desta Casa.

Daí a preocupação com o atropelo desta votação, dos custos dessa obra, porque obras também da envergadura como esta, nós temos a ponte que também nos ligará ao Mato Grosso do Sul do Porto Camargo, e que eu não sei quais os valores necessários para a conclusão, valores que talvez possa dizer o Secretário que junto do Governo passado, Álvaro Dias, iniciou aquela obra, e quando aquela obra foi iniciada, Senhor Presidente, Senhores Deputados, havia o mesmo compromisso do Governo Federal que hoje nos atropela com a votação desses recursos dizendo que o dinheiro constante no orçamento da República para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Nilton Barbosa que se atenha à discussão do parecer às emendas.

O SR. NILTON BARBOSA - É exatamente sobre

O parecer do nobre Deputado que foi contra as minhas emendas que estou falando, Senhor Presidente, estou sobre pontes, asfalto, estou falando sobre o custo das pontes que nós não temos, porque nós tínhamos que ter hoje uma planilha, conforme nos mandou, a planilha da TELEPAR, dizendo os valores, e é em cima das indefinições dos valores que nos chegaram que antes se falava em 20 milhões de dólares, passaram para 22 milhões de dólares, e hoje, segundo a própria TELEPAR, esses valores ultrapassam a casa dos 40 milhões de dólares. Por isso eu quero discordar do parecer do nobre relator quando dá parecer contrário à nossa emenda que põe, também, recursos para a construção dessa ponte, porque nós também temos conhecimento que no orçamento da República consta valores para a conclusão daquela ponte. E se os valores hoje da venda das ações da TELEPAR nos foi indefinidos, nós queríamos constar nesse Projeto, que quero crer, tenha assinado, porque falaram-me de um requerimento que temos na Casa, propondo a formação de comissão especial para o acompanhamento dessas negociações. E o Substitutivo-Geral, no seu parágrafo único, diz:

- As operações, de que trata esta lei, deverão ser acompanhadas por cinco membros indicados pelo Poder Legislativo - Razão talvez, porque tenha posta a minha assinatura.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, gostaríamos que a soma dos valores dessas ações fosse dirigida à Ponte do Porto Camargo no Município de Beira Alta, e por que não dizer Caraíba, porque nós não sabemos se pertence à Caraíba ou à Beira Alta, sabemos que é denominado Ponte do Porto Camargo.

A outra nossa emenda, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é a construção de uma estrada tão almejada, motivo de críticas da Bancada do PT, por obras e terraplenagem ali já realizadas e que não foram concluídas na verdade - nós concordamos - a chamada estrada Boiadeira, que liga Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste, e que lá perto de Caraíba, Santa Elisa, conclui o trecho que lhe falta.

São essas duas emendas que nos fazem discordar do parecer do Senhor Relator e que gostaríamos de vê-las incluídas, porque nós achamos de obras prioritárias.

Quero deixar aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nossa preocupação com relação a promessas do Governo Federal, porque sabe o Deputado Heinz que, quando iniciamos a ponte no Porto Camargo, existia a promessa da participação do Governo Federal e, na verdade, tão somente bancou aquela obra, que hoje passa dos 40% da obra, foi o Governo do Estado do Paraná; não tivemos recursos do Governo Fede-

ral, não tivemos recursos do Governo do Mato Grosso e, principalmente, foi só o Governo do Estado do Paraná que ali injetou dinheiro.

Por isso, a nossa preocupação do atropelo de que tem que injetar dinheiro, recursos na Ponte de Guaíra e na duplicação da BR-376, porque nós não sabemos se o Governo Federal vai cumprir de novo mais uma promessa que faz ao Estado do Paraná.

Sabe o Relator, Deputado Heinz, que o Ministério dos Transportes sempre alega a falta de repasse de recursos em função, alegam eles, de uma dívida que o Estado tem para com a República.

Senhor Presidente, por isso o nosso movimento aqui em Plenário e pedimos a Vossa Excelência a suspensão da Sessão para que pudéssemos conversar com os nossos companheiros de Bancada do Partido Progressista, que também estão preocupados, que pudéssemos conversar com os demais companheiros para deixarmos esta discussão para agosto, a fim de aprofundarmos nos dados, e na certeza de que mentiras de novo não farão nada para o Paraná.

Mas quero deixar claro, Senhor Presidente, para que de novo não se aproveite do nosso voto, como aproveitaram na votação do ICMS da energia no município de Guaíra. Dizia, inclusive, a própria prefeitura daquele município, que eu, um Deputado com mais de dois mil votos, estava contra Guaíra e não é verdade, não procedo, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Não fiz mais do que cem votos no município de Guaíra. Pude e tive o prazer de trabalhar por dois ou três anos quando o prefeito era o nosso amigo Mário Barbosa Rodrigues. Trabalhei por Guaíra para tentar, junto com aquela comunidade, ordeira e trabalhadora, recuperar um pouco daquilo do muito que perderam com Sete Quedas.

E não voto contra Guaíra. Sou favorável à conclusão daquela ponte como sempre fui, no mandato passado quando aqui estava, nesse mandato, e ainda quero continuar, se voltar, sendo favorável aquilo que se pode levar para Guaíra. Porque tudo que nós fizemos por Guaíra, nós não vamos recuperar aquilo que lá tiraram acabando com as Sete Quedas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o parecer do Deputado Heinz.

Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu não sou relator de nenhuma das emendas e de nenhum dos substitutivos, mas, analisando todos eles, todos são constitucionais. Portanto, o pa-

recer ao nível constitucional tem que ser dado como favorável pelo Senhor Relator.

Quanto ao mérito de todos eles...

Disse o Deputado, agressivamente, que se esqueceu de perguntar para mim quanto à constitucionalidade. Quero dizer que o relatório feito por Vossa Excelência está em discussão e como parlamentar, com os mesmos direitos que o Senhor, eu posso fazer uso da palavra e dizer que Vossa Excelência analisou incorretamente, todos eles são constitucionais, eu reafirmo e Vossa Excelência não é capaz de provar o contrário.

Quanto ao mérito de todas essas emendas apresentadas, o relator não fez uma análise correta e concreta a respeito, até porque o relator não sabe o quanto será arrecadado, não sabe qual o custo das obras que está se propondo a construir, nem a lei do projeto inicial e nem nas emendas propostas. Não sabe qual é o montante arrecadado e nem qual será o montante dispendido, portanto, não poderia o relator dizer que as emendas não deveriam ser acatadas quanto ao mérito.

Por isso voto contrário. Errou duplamente o relator, ao relatar que são inconstitucionais e não analisar o mérito das questões de todas as emendas.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

O parecer do Deputado Heinz, à emenda substitutiva geral de plenário, tive o prazer, inclusive, de subscrever a emenda. Muito embora, é claro, a emenda nº 6 não fosse contemplada nesta emenda de plenário.

Quero deixar registrado neste plenário, neste parlamento, de que a intenção, o mérito do projeto é de extrema importância para o Estado do Paraná.

Na sessão de ontem, e na de hoje, pudemos observar claramente, por diversos parlamentares, o quanto são importantes essas duas obras que com esses recursos por certo haverão de ser construídas.

Prioridade nº 1, a ponte de Guaíra, Reconhecemos nós e portanto é claro, teve desde o início a nossa aprovação.

A duplicação da BR-376, Curitiba/Guaruva, da mesma forma, prioridade nº 1 para o Estado do Paraná e para nós também, mas eu queria dizer de que para o Município de Inácio Martins, aonde ainda não foi ligado com uma estrada asfaltada, para o povo de Inácio Martins, prioridade nº 1, é o trecho que liga Guaramirim até o Município de Inácio Martins.

Prioridade nº 1 também para o município de São Mateus do Sul, uma estrada de 55 quilômetros e que até hoje também não foi asfaltada, para nós sulistas, ali é prioridade nº 1 também.

Prioridade nº 1 também para o povo de Teixeira Soares, um distância de 25 quilômetros e que também não foi asfaltado ainda, eu coloquei esta emenda nº 6, exatamente para tentar assegurar recursos para que essas estradas pudessem ser asfaltadas, mas me parece, me parece não, é uma realidade, a minha emenda não foi contemplada.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer já em seguida um comentário a respeito do artigo 2º da emenda substitutiva geral no seu parágrafo único, quando se diz: "as operações de que trata esta lei deverão ser acompanhadas por cinco membros do Poder Legislativo."

Eu não gostaria que estivesse expresso este parágrafo único, eu não gostaria de aprovar este parágrafo único, por que eu não gostaria? Por dois motivos.

Primeiro, já existe uma Comissão de Fiscalização Permanente dentro desta Casa, que tem por dever e obrigação, acompanhar de perto os atos que pratica a Administração Estadual.

Em segundo não é da nossa competência, principalmente do Poder Legislativo, acompanhar negócios que o Governo do Estado haverá de realizar. Não é competência nossa, desta Assembléia, acompanhar em bolsas de valores o negócio, a forma pela qual será feito. A responsabilidade é do Governo do Estado, do Chefe do Poder Executivo! E não do Parlamento!

Por esta razão, eu não gostaria de aprovar este parágrafo único do artigo 2º desta Emenda Substitutiva Geral! Para que nós pudéssemos ter sempre, a nossa independência e a nossa liberdade, até de fiscalizar. Fiscalizar os atos praticados. Porque não é competência nossa. Amanhã ou depois, poderá até ocorrer comentário, por aí, de que a Assembléia Legislativa está se envolvendo em negócios de competência do Executivo.

Este reparo eu gostaria de deixar claro. E não gostaria de votar no parágrafo único.

Finalizando, Senhor Presidente, deixar o meu lamento por não ter sido aproveitada a Emenda nº 6, que vinha de encontro a uma aspiração, a um sonho que está acalentado há tanto tempo no povo sulista, que são as três estradas as quais eu comentei, no início deste meu pronunciamento. Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, eu ouvia atentamente o relatório do nobre Deputado Heinz Herwig. E vi que ele varreu do seu relatório, es-

pancou, todas as Emendas que nós apresentamos.

Com muita tristeza, Senhor Presidente, vi também que ele não considerou uma Emenda que ali eu levei, onde eu dizia que os recursos obtidos através da venda das ações, citadas no artigo 1º, também deverão ser utilizados no asfaltamento da estrada que liga Cornélio Procópio à Santa Amélia.

Para que Vossa Excelência e esta Casa saibam da importância do asfaltamento desta estrada, Senhor Presidente, quem mora, hoje, em Santa Amélia e precisa viajar até Cornélio Procópio, tem que fazer um percurso de 76 quilômetros, indo por Bandeirantes. Na hora em que asfaltarmos esta estrada - Cornélio Procópio à Santa Amélia, num trecho de tão somente 23 quilômetros - estaremos aproximando estas duas cidades e estaremos abrindo um novo corredor de tráfego no norte do Paraná.

O nobre Deputado Heinz Herwig, que foi Secretário dos Transportes, conhece esta estrada e sabe que, já está lá no DER, um projeto pronto para o asfaltamento e sabe que se trata de uma obra prioritária, de uma obra importante.

Por isso causou-me estranheza, fiquei estupefato quando Vossa Excelência, conhecendo o problema, não tomou conhecimento da minha Emenda.

Mas, Sr. Presidente, eu registro, também, a minha esperança de que esta minha Emenda esteja inserida aqui no final do artigo 3º, onde diz: "E se houver excedente financeiro", como eu espero que haja, "será aplicado em obras de grande prioridade para o Estado do Paraná", meu caro Relator.

Espero que Vossa Excelência, como conhece a importância da estrada, tenha em mente, também, que vetada a Emenda, nesta oportunidade, V.Exa, em momento melhor, saberá incluir este pedido no orçamento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Primeiramente, quero inscrever-me "Para Encaminhar", já que as Questões anteriores foram de Ordem, para que não se faça e se proceda a votação antes que posamos, também, fazer o encaminhamento desta matéria.

A questão de Ordem está em que V.Exa. terá que anteriormente submeter ao Plenário sobre se a Emenda Substitutiva Geral virá a prejuízo de todas as demais ou se teremos votação uma a uma. Porque ao que vi, estamos encaminhando já a votação da Emenda Substitutiva Geral.

Curitiba, terça, em 06.07.93

Então, são duas Questões de Ordem: a primeira a inscrição para Encaminhamento. E, a segunda, para que pudéssmos ter antes o processo decisório sobre se a emenda substitutiva geral de número 09 virá em prejuízo de todas as demais, ou se ao contrário, teremos votação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa mais uma vez ao Plenário que colocará no momento oportuno Requerimento que se encontra à Mesa que pede preferência na discussão e votação da emenda substitutiva número 09.

O SR. NELSON JUSTUS - (Pela Ordem) - Nós estamos então discutindo o Parecer do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exato, está em fase de votação do Parecer.

O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, disse muito bem o Deputado Florisvaldo Fier de que as emendas são constitucionais, a exceção da emenda do Deputado Bona Turra que é inconstitucional, as outras são totalmente constitucionais, mas radicalmente cítricas, são emendas laranjas.

Por essa razão Sr. Presidente eu quero, nessa oportunidade, deixar aqui patente, ao acompanhar a votação do Nobre Relator, e para que não percamos tempo, votemos com alto espírito de colaborar aí sim com o Governo, a apreciação o mais rápido possível, não das emendas, mas do substitutivo apresentado pela Mesa Executiva. Era isso Sr. Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para Encaminhar) Sr.

Presidente, queria também deixar colocado aqui a minha posição com relação primeiro, porque não coloco nenhuma dúvida quanto a relação do Deputado que é autor do Projeto ser o relator; mas eu entendia de que deveria ser um outro Parlamentar o Relator desse Projeto. Em segundo lugar, voltei a ouvir, hoje, aqui, novos pronunciamentos sentimentais. Se aproveitaram alguns Parlamentares para colocarem emendas a um Projeto que saberiam que não seriam aprovados, para fazer a média política. De repente nós poderíamos também colocar uma emenda com a duplicação, como dizia o Deputado Paulo Maia, do trecho Ponta Grossa até Londrina; o Deputado Anibal Khury pediria a obra que liga Cerro Azul a Doutor Ulisses; eu pediria a complementação das obras da BR-092 - Rio Branco do Sul a Cerro Azul.

Quer dizer, ontem votamos um Projeto que era alhos e bugalhos, hoje votamos um Projeto que é um verdadeiro samba de crioulo doido a venda das ações, porque a

bancada do PDT que hoje viria fiel aqui numa discussão para a não aprovação deste Projeto poderia, se ela fechada por demais Bancadas aqui certamente teria peso no adiamento da votação. No entanto, nós queremos o bem do Paraná, nós queremos que o Governador negocie bem essas ações, porque senão, o preço político vai ser muito caro para o Governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Plenário que, se não estiver satisfeita, em acordo com Parecer oferecido pelo Deputado Heinz Herwig, o mesmo poderá ser rejeitado, e nós designaremos um outro Relator para as emendas. Está em votação o Parecer do Deputado Heinz Herwig.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Estou inscrito para encaminhamento.

Esta foi a questão de ordem que coloquei anteriormente, justamente prevendo esse tipo de situação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Peço calma ao Deputado Bona Turra que a Mesa concederá, no momento oportuno, a palavra para encaminhamento de votação.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, queria pedir a palavra em questão de ordem apenas para lamentar profundamente, eu tenho o maior respeito pelo Deputado Nelson Justus, um advogado, um grande jurista, um grande Parlamentar, e que tem o respeito da sociedade do Paraná e tanto é que aqui está, pelo seu trabalho que realiza nesta Casa, pela sua participação na Comissão de Finanças e tantas outras Comissões que ele participa com tanto brilhantismo, eu queria fazer apenas um reparo a S.Exa., as emendas laranjas, eu queria que V.Exa. pudesse compreender, e eu jamais vou aceitar que a minha emenda fosse uma emenda laranja, porque eu não estive presente e na presença do Governador Roberto Requião quando foi ajustado que os recursos da venda das ações da TELEPAR seriam para construção da ponte eu inseria para a duplicação da BR-376, porque se eu estivesse presente naquele momento eu iria já, de pronto dizer, que quero que inclua Inácio Martins, São Mateus do Sul e Guaragi (?).

É por esta razão que eu apresentei a emenda porque vi uma oportunidade, uma luz no final do túnel, de que eu poderia ali encaixar para o saldo de recursos das administrações, atender um povo sulista que trabalha e que produz.

Então só queria que o meu eminente amigo particular, Deputado Nelson Justus, quero deixar registrado o meu descontenta-

mento de chamar a minha emenda que, com tanto carinho a elaborei e subscrevi, de laranja. Jamais vou aceitar e levar isto para casa calado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Como último orador inscrito para encaminhar a votação...

(vozes paralelas)

...concedo a palavra ao Deputado Bona Turra.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (Para Encaminhar)

Evidentemente quando à frente do Departamento de Obras do Estado implementávamos um revolução meteorológica(?) nos procedimentos de orçamentação de obras, o ilustre jornalista Luiz Geraldo Mazza referiu-se aos nossos propósitos e objetivos como próprios de um escoteiro.

Quando li a sua coluna, confesso e confessei... ao jornalista que senti-me atacado pessoalmente.

Fui ter com o velho Aurélio e o velho Aurélio diz que escoteiro: aquele que caminha só. De modo que a palavra do Deputado Nelson Justus, quando contraposta à palavra do Dr. Fábio Conder Comparato, deixa o Plenário responder com quem está a palavra em Direito Financeiro, Tributário e Comercial.

Pueril, homem público e não homem de negócios. Ser adulto neste País talvez seja fazer negócios, negócios lucrativos, com o seu, mas em especial com os dos outros. Antes pueril a verde pátria. Há um costume daqueles que não têm argumento, não o elaboram, não o estudam, de que todas as matérias submetidas, quando não lhes interessam, são ditas inconstitucionais. Não se impõe ao Parlamentar o dever de dizer onde, na Constituição, há referência diversa daquela da matéria que se submete. Nem este mínimo dever da dignidade Parlamentar se impõe para dizer é inconstitucional. Manobra.

Quando a relatoria, na verdade, o projeto, a emenda substitutiva mantém o conteúdo do projeto original, no que diz respeito aos procedimentos de alienação. Teremos a alienação das ações da TELEPAR, de que é titular o Estado do Paraná em Bolsa, ou então, no mercado de balcão. Dizia ontem o Deputado Heinz Herwig: Há Deputados aqui que querem revogar a lei da oferta e da procura. Só os colonialistas, os que se rendem aos grandes interesses imaginam numa sociedade colonizada, explorada e subdesenvolvida como a nossa, haja a vigência da lei da oferta e da procura...

(sem revisão dos oradores)

Só V.Exa. e os interesses que talvez V.Exa. defenda aqui nesta Casa, imagine, imaginem haja a lei de oferta e da procura!

É assim então, que imagino, nós colocaremos em Bolsa e teremos o valor que é o valor real representativo dos investimentos que fez o Estado do Paraná naquela campanha. Uma apuração mínima, e isto terá que ser objeto de apreciação judicial, se o Parlamento do Paraná não puder fazê-lo, uma avaliação mínima vai determinar que os investimentos do Estado do Paraná, naquela companhia, remontam e montam a mais de um bilhão de dólares. E se pretende em leilão ou em procedimento de Bolsa vendê-las à vista por 2 milhões de dólares.

Dizia Franco Montouro Filho, outro dia: "Ah, é preciso compreender, uma coisa são os investimentos imobilizados pelo Estado em determinada empresa e outra diferente é o valor de mercado".

Doce ilusão dos neoliberais de que haja mercado neste país em que 25% do PIB está concentrado nas mãos dos banqueiros. Doce ilusão que exista mercado no país! É assim então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que fique muito claro, cristalino a todos os patriotas desta Casa o que está sendo votado aqui.

Não importa se lá na frente o Poder Executivo fará ou não alienação não importa. O que importa é determinar o resultado aqui nesta Casa, o que importa é determinar de que lado cada um de nós está: se ao lado do país ou ao lado dos que o saqueiam, se ao lado dos pobres e humilhados ou ao lado dos poderosos e ricos. É isso que está em cena. E não me venham com cortina de fumaça, porque nenhum compromisso tem o Deputado Heinz Herwig como tenho com Guaíra, com a Região Oeste. Mas, como cortina de fumaça, se levanta a idéia: "Não, vamos construir obra meritória!" E vamos saquear as ações que detém o Estado junto à TELEPAR.

Por esta questão de fundo, essa Relatoria não merece guarida. É por esta exata razão que isto não prosperará. Há uma segurança. Nem a concessão pública para a construção daquela estrada tem o Governo do Estado, todos sabem a CBTO do Grupo Odebrech é a detentora de contrato com o Governo Federal para executar a obra sobre o Rio Paraná ao custo de 44 milhões de dólares. Há quem diga, poderíamos fazer a 16 milhões de dólares, mas nem há concessão porque o Governo Itamar e em consequência o Governo Collor tem interesse em manter no processo de execução daquele contrato, a Odebrech, que comissiona ministros e que tem muitos "lambe-botas", Brasil afora.

Esse é um problema que não foi resolvido como também não se resolveu a questão da duplicação que depende de concessão federal. Mas não, nada disso importa! Não é preciso justificativa, estimativa de custo de obra, não é preciso orçamento de obra, não é preciso estimativa do valor das

ações o que é preciso é vender, vender, vender... entregar, é isso que é preciso. É a isso que estão levando os liberais, os neo-liberais e os lesa-pátria neste país, se multiplica Brasil afora a mesma linha, a mesma orientação, a orientação antinacional, antipopular e entreguista. É amanhã que o Senado Federal inicia a votação da Lei das concessões.

Ontem foi a CSN, amanhã é a COPEL, hoje a TELEPAR. Vamos nos lembrar meus amigos dos homens e mulheres das vilas, da Vila Pompéia onde lá estivemos, Deputado Heinz Herwig, vamos nos lembrar da gente trabalhadora daquela Vila! Mas não, nada disso importa, o que importa é a realização pela realização, a obra pela obra, custe o que custe nem que custe o sangue do povo. É preciso realizar, é preciso fazer, rouba mas faz, eis o mote de um ex-Governador de São Paulo, rouba mas faz! Não, Sr. Presidente, não Srs. Deputados, com o voto dos patriotas não, não passará. Porque o nosso povo é sábio e saberá deter a marcha dessa gente. Saberá achar o seu caminho e saberá assumir no momento próprio a direção da pátria para colocar na penitenciária todos os seus detratores, todos aqueles que só fazem lesar os seus interesses. Nós teremos e tenho certeza, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um trabalhador para governar os trabalhadores deste País e nós vamos passar este País a limpo, começando pela base e reconstruindo a Pátria em novas bases.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem a oportunidade de não dizer não pura e simplesmente a essa proposição ou fazê-la de modo adequado ao interesse público garantindo a alienação ou cessão de controle exclusivamente a instituições financeiras públicas ou a concessionárias do próprio sistema TELEBRÁS, porque preço alto pagarão aqueles que alienarem as ações da TELEPAR agora. E, alienando, comprovadamente teremos o resultado dessa operação lesiva e não haverá impunidade para tudo isso. Não creio que seja possível indefinidamente e por todo o tempo enganar a todos.

Acorda, Brasil!

Acorda, Paraná!

O Poder Legislativo pode ser Poder!

Antes a dignidade que o mandato!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - De acordo com o que dispõe o Artigo 174, para encaminhar a votação cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

Neste sentido, havendo solicitado, concedo a palavra ao Relator de plenário das Emendas Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG (Para Encaminhar a vo-

tação) - Não quero baixar o valor das ações que o Estado do Paraná tem. E para que isso possa ser resolvido, não se pode revogar a lei da oferta e procura. Isso não é só no Paraná é no Brasil todo. A lei da oferta e procura é uma lei sábia, que ninguém aqui a inventou, ninguém apresentou um projeto de lei neste sentido. É uma lei de domínio público. E é isso o que queríamos fazer apenas.

Em segundo lugar, este Projeto de Lei que nós apresentamos juntamente com o Deputado Renato Adur e cujo Substitutivo vem assinado por mais 18 Deputados apenas atendeu ao anseio do Sr. Governador do Estado, e eu não faço parte da sua Bancada de apoio.

O Governador, quando solicitou a vários Deputados presentes no Palácio, que se conseguisse recursos para execução dessas duas obras, e aventou a possibilidade de, com a venda das ações que possui da TELEPAR, pudesse executar essas obras, nós apenas colocamos um projeto de lei para que ele pudesse fazer isso. Eu não faço parte da Bancada de apoio ao governador, mas também sei distinguir, como Deputado independente que sou, Deputado que não precisa de favor de ninguém, sei também distinguir quando uma obra é boa. Não faço oposição sistemática a ninguém, porque não faz parte do meu perfil. Já fui Secretário de Estado durante cinco anos com muito orgulho.

Tive a possibilidade de, ao longo de toda a minha vida pública, como Diretor do DER, Secretário de Transportes, ter sido alguma coisa para este Estado.

Não sou daquelas pessoas que criticam as obras feitas. "Ah!, por que é que não mudou?" Antes não falou nada. Aqui está cheio. Aqui tem jornalista, um tal de Paulo Pedrão aí, que nem sabe o que é uma máquina de escrever, que fica querendo criticar Deputado? Venho desafiá-lo aqui, Senhor Jornalista Paulo Pedrão, que tem uma máquina de escrever aí na sua frente e pensa que pode criticar todo mundo. Não é possível se criticar a honra das pessoas, sem esperar uma reação. É fácil ficar criticando a honra das pessoas. Pseudo jornalista...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Heinz que se atenha ao encaminhamento do seu relatório.

O SR. HEINZ HERWIG - Quanto ao relatório, quero dizer que as emendas apresentadas pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa, Toti Colaço, Oswaldo Trevisan, Élio Rusch, todas enfim, são emendas perfeitamente protocolares. Nada têm a obstar, só que são emendas que não têm nada a ver com o projeto de lei, o Projeto de Lei é espe-

cífico para apenas duas obras.

Se sobrar dinheiro, o grande entendido em ações, Deputado Bona Turra, que diz que as ações valem um bilhão de dólares, naturalmente, um bilhão de dólares! Vai sobrar um monte de dinheiro, para ele fazer um monte de obras, para fazer duzentas estradas iguais a essa! Pontes, ele vai fazer umas 4 mil, com esse um bilhão de dólares que vai sobrar. Vai vender as ações, ele conhece, ele é conhecedor, sabe muito bem quanto é que valem as ações! O BANESTADO não sabe nada! Ele denunciou isso aqui.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Ele não entende esse diálogo. É propriedade material, Sr. Presidente, não contabilizável...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra está com o Deputado Heinz.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, por isso é que somos favorável ao Substitutivo, onde nós gostaríamos de, atendendo, volto a dizer, à solicitação do Senhor Governador do Estado, que me merece todo o respeito, apesar de não ser de sua Bancada de apoio, merece respeito.

Foi uma idéia boa que ele teve. Estamos apenas autorizando, autorizando - o Deputado Alborghetti sim, fala com muita propriedade. Estamos autorizando o Governo do Estado a vender as suas ações no todo ou em partes. Depende do Governo. Eu não sou Governador. O Governador é que vai determinar se ele quer vender o todo, ou em partes, se quer vender hoje, amanhã, no mês que vem, no ano que vem ou daqui a 20 anos!! Nós estamos autorizando a vender em parte ou em todo, quando ele quiser, as suas ações. Nada é mais claro que isso. Isso, a Assembléia está fazendo, porque o Governador precisa dessa autorização. Ele não vai "vender debaixo do pano", como fizeram algumas pessoas. Ele quer vender oficialmente, com autorização da Assembléia, e isso, a Assembléia está fazendo, dando autorização ao Governador para vender quando quiser, em todo ou em partes, as ações da TELEPAR, que não lhe rendem absolutamente nada.

É por isto que aprovamos o projeto de lei. É por isto que teremos que ter o apoio dos Srs. Deputados para que o Senhor Governador possa realizar dentro do seu governo estas obras. Só isto. Tenho certeza que as obras anunciadas pelo Deputado Nilton Barbosa, as quais tive oportunidade inclusive, como Secretário de Estado iniciar, são importantíssimas. Iniciamos estas obras. A ponte em Icaraíma é importantíssima para o Paraná.

O que queremos deixar bem claro, o que queremos como Deputado não da situação,

gostaríamos de neste caso ajudar o Governador a, quando quiser, vender em parte ou em todo as ações que possui da TELEPAR para a execução destas duas obras.

Claro, se sobrar dinheiro, se o grande financista Deputado Bona Turra que conhece o mercado de ações profundamente, conhece totalmente este mercado, é fácil vender estas ações! Vende por um milhão de dólares, sobra dinheiro de monte! Cada um faz cinco, seis pontes! Se sobrar faz obras dentro do Paraná! Nós todos temos condições de conversar com o Governo e pedir as obras que achamos necessárias, se sobrar dinheiro! Eu não acredito que vai sobrar dinheiro, mas o Deputado Bona Turra que entende muito mais de ação que eu, claro que acha que vai sobrar muito dinheiro! É isto que queremos. Queremos que o Governador veja a possibilidade de vender suas ações para a execução destas duas obras. Por isto apresentamos este projeto de lei.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Entendemos a irritação do Deputado Heinz com relação ao Deputado Bona Turra e até entendemos a sua não concordância com a matéria publicada hoje no "Jornal do Estado". Agora, o que não pode é esta Casa ficar calada, muito menos eu como jornalista profissional que sou, quando o quarto poder da Nação é atingido pelo Legislativo.

Ninguém gosta de ser criticado, mas todos gostamos de ser elogiados. Acho que o jornalista, independente de vir aqui, à televisão, a máquina fotográfica, o gravador, mas o que não se pode permitir é que se ofenda a imprensa que tem prestado um grande trabalho...

O SR. HEINZ HERWIG - Citei nominalmente o jornalista!

O SR. ALGACI TÚLIO - Tenho que deixar aqui esta posição em defesa de um companheiro integrante do Sindicato dos Jornalistas, que é o jornalista Paulo Pedrão...

O SR. HEINZ HERWIG - Mau caráter!

O SR. ALGACI TÚLIO - ... do qual também faço parte.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Deputado Algaci Túlio que pode sim, fazer a defesa do jornalista Paulo Pedrão e que cabe ao Deputado Heinz, no exercício de seu mandato, manifestar a sua posição e ele o fez, direcionado ao jornalista Paulo Pedrão, não à imprensa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, observa-se nitidamente que há um interesse do Deputado Algaci

Túlio em jogar o Deputado Heinz contra a imprensa do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - Absolutamente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Gostaria de dizer que aqui há Deputados que merecem o respeito do povo do Paraná. Todos tiveram o crivo eleitoral. Todos passaram pela confiança do povo do Estado. É esta forma que se procede de querer desestabilizar um Deputado que se sentiu moralmente ofendido e que também digo isto aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não permito matérias que sejam divulgadas no meu nome que eu não devo, e esta reação do Deputado Heinz é uma reação automática de quem tem a consciência tranqüila, mas não atingiu a imprensa do Paraná, apenas, inclusive deu o nome do repórter.

Então, Deputado Algaci Túlio, eu acho que V.Exa. tem o direito de defender a imprensa, também sou favorável à imprensa, à imprensa e o meio de comunicação, é ela que leva as mensagens, que leva os artigos para o povo, enfim, para nosso País, mas não podemos misturar as coisas.

Então, acho, que pela convivência que tive durante o longo tempo nesta Casa, convivendo com o Deputado Heinz como Secretário dos Transportes, eu sou uma das testemunhas da sua lisura, pela sua dedicação ao Estado junto com o ex-Governador José Richa, em seguida com o ex-Governador João Elísio e com o ex-Governador Álvaro Dias.

Esta reação é uma reação de quem se sentiu ofendido e espero que isto também sirva de exemplo, tem certas coisas que ocorrem em algumas matérias que tentam denegrir a imagem do Deputado.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esperamos que fatos como este não ocorram mais.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Requeiro à Presidência que esclareça ao Paraná e ao Plenário, sobre se é permitir aos Parlamentares, uns em relação aos outros, ou aos Parlamentares em relação a terceiros da sociedade pronunciar, na função do Regimento Interno desta Casa palavras de baixíssimo calão, que traduzem para além da irritação calúnia, injúria ou difamação.

Essa é a questão de ordem que requeiro à Mesa, e que deve ser resolvida para esta questão como todas as demais. Uns Parlamentares em relação aos outros, como também de Parlamentares em relação aos outros, como também de Parlamentares em relação a terceiros da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta

Presidência informa e imagina que é do conhecimento desse Plenário que cada cidadão no exercício e seus direitos, sejam constitucionais ou regimentais, poderá se manifestar da maneira que bem o entender.

No entanto, cabe ao Presidente da Assembleia, conforme o Artigo 20 do Regimento Interno, são atribuições do Presidente além de outras conferidas neste Regimento: "Inciso 16º: Não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento".

Por esta razão que esta Presidência determinou anteriormente que não constasse das notas taquigráficas as expressões aqui pronunciadas, sejam em relação aos Senhores Deputados, em relação aos Senhores jornalistas, que fere o nosso Regimento Interno.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Deputado Bona Turra, pela experiência de homem público, apesar de quem sou eu para dar conselho a V.Exa., mas pela experiência, pela vivência, e pela minha postura como Deputado aqui, de quem sempre preservou a integridade parlamentar e acima de tudo a lealdade com os meus companheiros e com o meu Partido. Pertenci as fileiras do PMDB e mantive-me no PMDB a lealdade pelo companheiro do PMDB, hoje estou no Partido Progressista e mantenho a lealdade com o meu Partido como sempre tive no passado, tenho no presente e mantereí no futuro. Acho que V.Exa. - como já disse, não sirvo para lhe dar conselho - deveria, a partir de hoje colocar o seu cargo de vice-Líder à disposição do Governador Roberto Requião, uma vez que com a liderança do Governo teve um episódio muito lamentável nesta Casa, e que criou uma série de constrangimentos com a Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro a quem damos sustentação nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Dirceu Manfrinato, a questão de ordem de V.Exa. não está inserida no contexto do assunto que estamos discutindo.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Eu solicitei a palavra apenas, Senhor Presidente, para encarecer a V.Exa., na certeza de que foi debatido o assunto ontem e hoje e que já está formada a consciência dos Senhores Deputados a favor ou contra, que encaminhe esta votação a fim de encerrarmos este debate que, naturalmente, não vem trazendo mérito algum.

O SR. EDSON LINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a

presença do prefeito de Califórnia, Paulino e do Chefe do Núcleo da Agricultura, Nilton.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado. Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, nós não ouvimos a palavra do Líder do Governo. Aliás, eu até faço aqui uma questão de ordem. Quem fala pelo Governo? É o Deputado Renato Adur, é o Deputado Trevisan ou é o Deputado Bona Turra? Porque até agora se assacou tantas coisas em relação a esse projeto de lei que, na verdade, eu até duvido que o Plenário esteja consciente para votar, Senhor Presidente.

O SR. HEINZ HERWIG (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero ler aqui o que esse jornalista "fajuto" falou ao nosso respeito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Heinz que se inscreva em "Explicações Pessoais", quando, então, poderá fazer a leitura do jornal.

O SR. HEINZ HERWIG - Eu me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está devidamente inscrito.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Senhor Presidente, eu lamento, até posso dizer que muitos de nós temos privado de discutir um problema tão importante como esse. Mas chega um momento, e depois de ouvir o Deputado Neivo Beraldin falando uma grande verdade, que todos nós estamos informados o suficiente para que possamos votar matéria dessa natureza, acho até com muito exagero, dá idéia, na verdade, que em alguns momentos, que alguns Parlamentares estão brincando, nós estamos aqui brincando de homens sérios.

Acredito que um problema muito interessante, de importância vital para o Paraná quando se fala em fazer duas obras muito importantes para o Estado e se fica discutindo tanto, navegando em discussão e até surgem sabedores de todos os negócios do Paraná.

Para terminar, o Deputado Algaci Túlio, que tem todo o nosso respeito, mas faltou com respeito a todos nós "gozando", na verdade, perguntando quem será o líder do Governo, se é fulano, se é beltrano ou sicrano.

Então, chegamos ao fim do dia. Eu também ficaria com vontade de vender o meu peixe. Brincando agora há pouco, eu dizia:

também vou inventar fazer um aeroporto lá em Jandaia do Sul para que a gente possa descer com um jato.

Então, precisamos tratar a questão parlamentar com um pouco mais de seriedade.

É isto que penso.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o parecer do Deputado Heinz de nº 01 a nº 09. Aprovado o parecer com os votos contrários do Deputado Florisvaldo Fier e Bona Turra.

Está em discussão o projeto.

O SR. DR. ROSINHA - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão o projeto, ressalvadas as emendas.

A Mesa informa ao orador que se encontra na Tribuna que está em discussão o projeto e as emendas.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Quem tem razão, tem tranqüilidade para discutir qualquer projeto e também quero dizer que entre as coisas que colocam o homem como educado é respeitar a opinião dos semelhantes uma vez que isso não tem se dado nem ontem, nem hoje. E quero dizer em meu nome pessoal, apesar de várias vezes criticado pelo jornalista em questão e citado, jornalista Pedrão, ao nos referirmos a uma outra pessoa devemos fazer com a presença desse mesmo quando se dá esse tipo de debate.

Portanto, eu sou solidário ao jornalista.

Parece que o Deputado desde ontem está um pouco exaltado e irritado, talvez temendo que tal projeto não seja aprovado, porque o projeto é um tanto quanto escuro, aonde envolve a questão da privatização de um determinado percentual da TELEPAR e nós Parlamentares que tivemos uma posição correta e coerente, formamos uma comissão e estudamos quais eram os prejuízos que a União estava tomando ao privatizar a ULTRAFÉRTIL, não estamos tendo agora o mesmo cuidado e quero dizer que fiquei realmente assombrado, quando vejo a assinatura do líder do PMDB neste tipo de projeto, o que faz com que contrarie o discurso do governador, o discurso que liderança do PMDB tomou nesta Casa a hora que contratou-se a privatização da ULTRAFÉRTIL.

A Liderança do PDT também assina o substitutivo contrariando os cuidados que teve na questão da ULTRAFÉRTIL e também não tomando o cuidado que teve ao debater da Cia. Siderúrgica Nacional. A privatização pode se dar vendendo 100% das ações ou

ela pode ocorrer vendendo partes sempre e constantemente até que está privatizada toda uma empresa.

Assim como nós debatíamos que o setor de fertilizantes a nível internacional 80% é estatal, queremos dizer Srs. Parlamentares que a nível de telecomunicações se não chegar a 80% falta pouco ou talvez até ultrapasse.

A Alemanha Ocidental, ao serem incorporadas as Duas Alemanhas abre licitação pública para extensão da rede de telecomunicações da Alemanha Oriental. Quais são as multinacionais do setor privado que se apresentam para concorrer da licitação? Nenhuma. Foi vencida por estatais como a estatal italiana porque ninguém do setor privado faz questão de investir em telecomunicações, energia, fertilizantes, petróleo, mas faz questão de depois ter essas ações a preços baixos do mercado esse estabelecido pelo próprio sistema capitalista, pelo próprio sistema que domina o país e que depois esse próprio sistema desvalorizando as ações passa a comprá-la. Por isso que nós do PT, somos também ideologicamente contrários a esse tipo de estatal.

Por que que não se vende as estatais que se tem hoje como fábricas, de calcinhas e outras que o BNDS tira do setor privado, quando fala e sustenta passando ao setor público mas sim quer privatizar aquelas estatais lucrativas e estratégicas.

Nós achamos que a venda das ações não é simplesmente vender 5,4% das ações, é vender o direito de o mínimo que seja exercer um controle sobre a empresa, é vender parte do que é o próprio controle estratégico das telecomunicações no nosso país.

Eu disse ontem e repito hoje, os Srs. Deputados que se apressam em vender as ações da TELEPAR, jamais se apressaram em saber das irregularidades que existem dentro da TELEPAR, ao contrário do que se espera, a luta pela moralização do que é estatal e do que é público. Muitos dos Senhores Parlamentares querem obter o lucro através do setor privado. Ninguém vota uma causa com tanta pressa se não tiver alguma questão esdrúxula por trás!

As rodovias que tanto se fala em construir com verbas das ações da TELEPAR, nós queremos dizer que somos favoráveis à duplicação destas rodovias. Mas, queremos dizer que é necessário se discutir alternativas para que se faça esta duplicação. Não existe uma única fonte de recursos.

Por que é que não se cobra a sonegação que existe em nosso Estado? A grande sonegação dos donos de frigoríficos? Por que não se fiscalizam as grandes empresas que sonegam? E vamos lá buscar a fonte de du-

plicação destas estradas. Porque nós sabemos que pode ferir interesses de alguns altos empresários, buscando o fim da sonegação. Quem sabe, até, talvez, tire o financiamento de um ou outro, no próximo ano, para a próxima campanha!

Por que não se apuram as irregularidades que foram feitas nas várias estradas que se iniciaram, em nosso Estado, e jamais foram concluídas as obras. Não é só esta. A rodovia de Castro em diante, também continua lá, a terraplenagem abandonada.

Tem-se pressa para discutir quando é para entregar o que é público para o setor privado. Mas, na hora de se discutir o que vem a trazer o bem a sociedade, como foi analisado o Projeto do ICMS de Foz do Iguaçu, enrolou-se por mais de dois ou três meses. Aí, ninguém tinha pressa. Aí, como diz respeito ao atendimento do povo, a questão social de saúde e educação de uma vasta área do nosso Estado, não se tem pressa, empurra-se com a barriga e vota-se contra! Quando é para favorecer as empreiteiras, aí rapidamente, em quatro ou cinco dias analisa-se e terminam-se os projetos, nesta Casa de Leis.

Nós queremos dizer, por último, ontem, quando foi dito que Deputados têm ciúmes de iniciativas de projetos de lei. Seria ridículo se um Deputado sentisse ciúmes de um projeto de lei! É um absurdo alguém imaginar que outro Deputado vota contra porque está enciumado por não ter tomado a iniciativa. Eu esperava que isto não passasse na cabeça de nenhum de nós, afinal somos todos adultos.

O que nós temos que analisar é o mérito do projeto! É quem ganha, quem perde, na sociedade! Favorece a quem! Quem está por trás! Quais são os interesses que estamos analisando. É neste sentido que nós temos que analisar os projetos. Por isso é que eu disse: todas as emendas são constitucionais. O Relator não conseguiu dizer qual delas feria qual artigo da Constituição, porque nenhuma delas fere a Constituição! Quando se diz que existem alguns artigos que não estão sendo respeitados, pode também ser a opinião individual de cada um de nós, porque juristas que analisam a mesma causa, dois ou três, podem chegar a conclusões diferentes.

Portanto, todas elas são constitucionais.

E quanto ao mérito destas Emendas, não teve capacidade, o Relator, para analisar, porque não sabe quanto será arrecadado, no mercado e nem quanto será dispendido na construção de uma destas estradas ou de qualquer trecho destas estradas ou de qualquer ponte.

Portanto, nós do Partido dos Trabalhadores, somos favoráveis a que se busquem

alternativas na construção destas estradas. Vamos fazer uma frente de combate à sonegação! Vamos preservar a estatal TELEPAR, defender que ela continue assim. E que o Governo do Estado, ao contrário de vender, deveria adquirir novas ações da TELEPAR. E vamos construir estas estradas e apurar irregularidades que porventura existam nas construções abandonadas...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Quero informar ao Senhor Deputado que o seu tempo está encerrado.

O DR.ROSINHA - Sr.Presidente, um momento. Eu não estou encaminhando a votação. Eu estou discutindo o Projeto e o Regimento Interno permite o uso por 30 minutos da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Continua Vossa Excelência discutindo o Projeto.

O DR.ROSINHA - Muito obrigado. Quero dizer a todos que não precisam se exasperar. Quem tiver pressa, já termino.

Nós temos que discutir o porquê de as empresas sonegam impostos, e as estatais estão com irregularidades. Devemos moralizá-las, buscar o dinheiro necessário para construção dessas rodovias, mas jamais vender parte, a mínima que seja, da estatal que se chama TELEPAR.

Muito obrigado.

O SR. RENATO ADUR (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Estamos exercendo a verdadeira democracia, o meu velho avô, Chico Guimarães, já dizia há muitos anos atrás: "Saber ouvir é a maior virtude que o cidadão pode carregar consigo".

Portanto, eu me honro de ter aprendido com o meu avô a virtude de saber ouvir.

Espero que também agora tenha o privilégio de saber ser ouvido. O que ocorre na questão de Liderança de Partido, ou na Liderança de Governo.

Eu nunca pedi para ser Líder de Partido, eu nunca implorei para ser Líder de Governo. Liderança não se cria, Liderança se conquista. O que eu tenho o privilégio de ter é um relacionamento amigo com grandes companheiros, valorosos Parlamentares, todos imbuídos de um ideal melhor para o nosso Estado do Paraná, imbuídos de um ideal melhor para termos melhores dias nesse Estado.

Então, jamais eu vou admitir a pecha ou vestir a carapuça de questionamento de Liderança, ou questionamento de posicionamento.

Nós procuramos exercer a democracia

dentro do nosso Partido, procuramos exercer a democracia dentro da nossa Liderança, do Partido, ou do Governo; procuramos acatar a decisão da maioria. E isso eu aprendi também na minha família, e que nós éramos uma família unida de 9 (nove) irmãos, e na hora da dúvida a decisão da maioria sempre prevalecia; e a minoria sempre soube respeitar as decisões da maioria, porque respeito a decisão de maioria é o exercício pleno da democracia, que nós lutamos por trinta anos contra o arbítrio. E aí que nós não podemos inverter posições, ou sermos oportunistas para Plenário, para imprensa, ou para quem quer que seja. Nós estamos aqui sob a responsabilidade do voto, daquele voto sério e consciente do eleitor mais humilde, que quando nos elegeu, o fez na esperança de que estávamos prontos e prestes a defender os seus ideais e os seus interesses.

Portanto, respeitamos ideologia, mas não podemos admitir a desordem; respeitamos posicionamentos, mas não podemos admitir anarquia.

Respeitamos posições pessoais, mas não podemos admitir o desrespeito a decisão coletiva. E dentro da nossa Bancada deverá prevalecer as posições majoritárias; caso contrário eu tenho motivo de permanecer na Liderança, não estou apegado a cargo nenhum porque não dependo disso, não dependo, nunca dependi e se Deus me ajudar, nunca dependerei.

Não entendo de empreiteira, não entendo de "lobbys"; não entendo de esquema nenhum.

Devo o favor e devo à minha consciência e respeito que eu tenho por todos os meus semelhantes.

Portanto, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, este Projeto de Lei foi claramente decidido pelo Senhor Governador do Estado, numa reunião junto com os Deputados da Situação, Deputados da Oposição e o nosso Presidente Orlando Pessuti.

O Governador manifestou interesse de colocar à venda as ações da TELEPAR que em hipótese alguma vai gerar privatização daquela Companhia, porque o Estado tem segundo informações que nós temos em nosso poder, um comunicado da TELEPAR assinado pelo Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Presidente, datado do dia 06 de julho de 93: O Estado detém 150 milhões, 340 mil, 466 ações ordinárias da TELEPAR e um milhão, 860 e 87 ações Preferenciais, correspondendo a uma participação acionária de tão somente 5,4% das ações da empresa.

Temos aqui um documento da própria TELEPAR, um documento que se entende como hábil, portanto jamais o Estado do Paraná vai ser responsabilizado pela privatização da TELEPAR.

Posteriormente, o Senhor Governador

manifestou no dia seguinte a intenção de que estas ações da TELEPAR, fossem adquiridas pelo BANESTAG, o que também nós concordamos.

E nesse momento fizemos uma consulta a uma Assessoria Técnica, se o Banco do Estado do Paraná poderia adquirir essas ações.

Recebemos também neste mesmo dia um Substitutivo Geral do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, com apoio de mais três ou quatro Deputados e um outro Substitutivo com apoio de mais dez Deputados.

O primeiro Substitutivo dizia que fica o Poder Executivo autorizado a alienar a instituições financeiras públicas do país ou companhias do Sistema TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileira, as ações de que é titular.

Na consulta que nós fizemos a Assessoria Técnica nos responderam que as ações da TELEPAR, em se tratando de empresa de Capital aberto, empresa de Capital Aberto, friso, isto é, negociada em Bolsa de Valores, não é permitido se escolher comprador, como propõe o artigo 1º do Substitutivo do Deputado Bona Turra.

O Direito de compra e venda são iguais para todos os acionistas, com certeza absoluta, a CVM, ou seja, Comissão de Valores Mobiliários vetará uma negociação desta forma.

Sugerimos - segue o documento - incluir no artigo 1º do Decreto original: "Fica o Poder Executivo autorizado a vender em todo ou em parte, sublinhe-se, no mercado de balcão ou em pregão da Bolsa de Valores do Paraná, as ações de seu patrimônio detidas junto à TELEPAR.

Para que haja uma transparência evidente e transparência é o que o Governo do Paraná quer, para que haja uma transparência e nos encaminharam nesse mesmo documento: o valor patrimonial das ações no dia 30 de junho de 93, de 14 mil, duzentos e cinquenta e oito cruzeiros.

O valor da cotação em 6.07.93:

OM: nove mil cruzeiros

PM: nove mil e quinhentos cruzeiros.

Ou seja, 63 e 67% respectivamente do valor patrimonial dessas ações. E nos deram um comparativo: ações da TELESF, neste mesmo dia, valor patrimonial 14 mil e 812 cruzeiros. Cotação em 6.7 OM - 10 mil e quinhentos, PM 11 e 700, 71% e 79.

Nos deram da TELEBRÁS valor patrimonial: dois, quinhentos e noventa. Cotação em 06/07.: OM: 1.650; PM: 1840, de 64% o valor patrimonial.

Portanto compatíveis na comparação com uma ação ou outra ação, uma empresa com outra empresa.

Mas meus Senhores Deputados, Senhora e Senhores Deputados, tivemos um outro

Substitutivo do Deputado Bona Turra a quem nós temos um profundo respeito por ser o cidadão estudioso que é, por um cidadão competente, um Deputado firme nas suas questões, só não podemos admitir falta de respeito à Liderança.

Não podemos admitir, não vamos admitir e se isso ocorrer nós entregaremos o nosso cargo. Mais ainda, porque temos sido questionados permanentemente pelos outros companheiros de Bancada pelas posições do Deputado Bona Turra, respeitamos a posição dele mas esperamos que sejamos respeitados também nessas posições.

Num outro substitutivo nós tivemos aqui: fica o Poder Executivo autorizado a proceder a concessão de controle em caráter oneroso das instituições financeiras, etc, etc".

Fizemos novamente uma consulta e obtivemos a resposta. O Governo do Estado, a empresa se obtivesse 51% das ações poderia ter esse procedimento, caso contrário, não há como se proceder.

Em reunião de Bancada decidiu-se que nós deveríamos aprovar o projeto original.

Posteriormente, houve também um questionamento sobre a participação do Banco do Estado do Paraná, através da sua corretora e se decidiu também, pela maioria.

Se decidiu com os Deputados, porque nós não nos furtamos do contato, da comunicação e todos aqui são testemunhas que nós não paramos um minuto sequer, que nós não temos um minuto de omissão ou de preguiça, que nós estamos dispostos a todos e qualquer momento de dialogar com todas as Bancadas quanto mais com os nossos companheiros para não deixarmos nenhuma dúvida. Mas, não podemos fazer milagres, nós temos que decidir o que os nossos companheiros, o que a nossa maioria decide.

Portanto, ficou determinado e decidido que o Banco do Estado através da sua corretora deveria ficar acompanhando e participando desse processo para evitar a especulação no mercado privado.

Portanto, o Parágrafo Único do Art. 1º: "A operação da venda de ações da TELEPAR de propriedade do Paraná será coordenada pela BANESTADO Corretora de Câmbios e Valores Mobiliários. Também nós temos aqui as referidas ações que deverão ser vendidas no mercado de balcão ou em pregão na Bolsa de Valores do Paraná.

Por que esses dois itens?

Primeiro porque devemos prestigiar a BANESTADO Corretora e evitar especulação mobiliária. Segundo porque devemos fazer o leilão aqui no Paraná para evitar a especulação de outras Bolsas de Valores do Brasil, que poderiam num determinado momento, baixar ao máximo as ações da TELEPAR, prejudicando sensivelmente o Estado.

Então este cuidado nós tivemos e por esse motivo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que no Substitutivo com a co-autoria de 22 Deputados de todas as Bancadas - eu acredito que menos do PT, nós estamos apresentando em nome do Estado do Paraná. Não queremos privatizar nada, nós queremos obras sociais, nós queremos transferir um capital imobilizado. O Banco do Estado não é investidor particular, o Banco do Estado não vive de ganho de capital, o Banco do Estado vive de obras sociais, do resultado, do reconhecimento da população e o Governador entendeu isso e nos autorizou. Não estamos desautorizados. Falamos em nome da Liderança e assumimos o que falamos.

Portanto nós apresentamos um substitutivo que entendemos ser o melhor em nome do Estado do Paraná. Ou será que só um ou dois cidadãos estão com a verdade e todos os restantes estão errados? Não podemos admitir!

Encerro as minhas palavras pedindo mais compreensão aos nossos companheiros, pedindo que nós caminhemos para um desenvolvimento sério nesse Estado, pedindo que façamos o melhor e que não procuremos denegrir a imagem de companheiros, porque não é para isso que nós aprendemos toda uma vida e que aqui procuramos levar o nosso trabalho a todos nossos concidadãos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente e Srs.

Deputados. Desde o momento em que este Projeto chegou a esta Casa a Bancada do PDT deu apoio pelo mérito a que se propõe. Desde aquele momento nós deixamos bastante claro que defenderíamos este projeto porque representava não apenas o interesse dos Deputados Heinz, Adur e outros. Mas dizia o Deputado Heinz que este Projeto representava o interesse do Governo do Estado.

É de se lamentar que neste momento se coloque em questionamento a postura do Governo do Estado por parte daqueles que, inclusive, lhe dão sustentação nesta Casa. Querem caracterizar com seus discursos que, com certeza, se a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná der autorização ao Governo do Estado para negociar se quiser estas ações, ele levará ao processo de maracutaia a nível da TELEPAR.

Parece que não é esta a seriedade que aqui se colocou a respeito da integridade do Governo Roberto Requião. O Governo que defende a não-privatização, o Governo que defende a não-imoralização da coisa pública. E quando esta Assembléia caminha no

sentido de dar este apoio e esta confiança ao Governo do Estado que pede autorização para fazer alguma coisa em termos de Estado, aqueles que lhe dão garantia nesta Casa colocam dúvidas a respeito da integridade do governo que defendem. Isto é de se lamentar!

E queremos registrar aqui neste momento, e também para frisar a colocação que fez o nobre Deputado Florisvaldo Fier a respeito da postura da Liderança do PDT quando assinou este Substitutivo Geral se esquecendo da relação da privatização da ULTRAFÉRTIL e da CSN.

Acho que pode falar de cátedra o PDT a respeito de suas posturas em relação a estas não-privatizações. Pode falar de cátedra porque teve a cara limpa em todos os momentos para colocar as suas posições de forma transparente, mostrando ao povo que o PDT não quer apenas o discurso fácil, mas quer a postura através de suas ações. Por isto, o PDT em momento algum aprovou este Projeto sabendo que por trás dele haveria maracutaia. O PDT em momento algum apoiou este Projeto referendando qualquer iniciativa de privatização da TELEPAR. Porque, com certeza, no momento oportuno em que se tentar privatizar a TELEPAR, assim como se fez a nível de ULTRAFÉRTIL e de CSN, o PDT terá a cara limpa para se posicionar de forma clara e transparente com relação a estas privatizações.

Por que apoiamos este Projeto? Porque acreditamos na sua integridade, Deputado Heinz. Porque acreditamos na sua integridade, Deputado Adur, e em outros que deram apoio ao Projeto. Acreditamos quando V.Exas. citaram aqui deste Plenário e agora acaba de confirmar a Liderança do PMDB que era um pedido, que era uma propositura do Governo Requião. Nós acreditamos, Deputado Heinz, e continuamos acreditando, que não estamos apoiando empreiteiras, que não estamos apoiando acertos porque tenho certeza da integridade dos Senhores assim como tenho certeza da integridade da maioria que é esta Assembléia. Por isso o PDT não está se fechando com maracutaia, o PDT não está apoiando acertos de bastidores. O PDT não está apoiando interesses de investidores da iniciativa privada, - mas o PDT está tendo uma postura de paranista como aqui, quando se tentou dividir o Paraná, o PDT também foi coerente, votou de forma unânime, defendendo os interesses do nosso Estado.

Por isso não admitimos de forma alguma, que nos citem como exemplo de alguém que concorda com a privatização da TELEPAR, porque aqui não se está discutindo privatização e isso tem que se deixar bem claro a este Plenário e ao povo do Paraná.

Curitiba, terça, em 06.07.93

Estamos discutindo 5%, apenas 5% e a TELEPAR, para ser privatizada, este processo não se dará apenas com 5% da venda dessas ações. Temos que ter cuidado e temos que estar atentos? Obviamente que sim e quanto a isso, nós apoiamos no primeiro momento, a iniciativa do Deputado Bona Turra.

Hoje traz um comunicado da própria TELEPAR a esta Casa, que representa uma preocupação que todos nós temos. Obviamente que sim e se aqui se diz que hoje as avaliações mínimas chegam a 47 milhões e meio de dólares, e se pretende vender por 22 milhões de dólares, não tínhamos ainda configurada nenhuma negociação e nós temos que ter a competência, se é que queremos transparência e se é que queremos fazer algo sério nesta Casa, nós temos que ter a competência de saber fiscalizar os atos do governo do Estado e pelo que aqui se pôs, por aqueles, por alguns daqueles que apóiam fechadamente as iniciativas do governo do Estado, nós temos que acreditar que de fato, as coisas no governo Requião não são tão sérias como se tentou passar.

Se neste momento se coloca desta forma, temos que fazer oposição nesta Casa, de forma coerente e consciente, mas temos certeza, que estamos ainda com a verdade de mantermos os nossos questionamentos, mas não temos feito a política burra de ser oposição por oposição, de votar contra os interesses aqui encaminhados pelo governo do Paraná. Tanto é que em momento algum o PDT se colocou contra as suplementações de orçamento, se colocou várias iniciativas do governo Requião. Por quê? Porque via que em grande número dos projetos e das mensagens do governo Requião, ali se fazia presente os anseios do povo do Estado do Paraná.

É de se lamentar que nesse momento, se coloque em dúvida tudo isso que nós acreditamos.

É lamentável que se tente passar à opinião pública, ou se tente vender aqui que um ou dois aqui são donos da verdade. É preocupante neste momento, em cima do status que nós temos em relação a este comunicado da TELEPAR. É óbvio que sim. Ontem nós discutimos no vazio, hoje nós temos uma avaliação da própria TELEPAR, dizendo do preço mínimo que hoje valem essas ações. E, no momento em que o governo do Paraná imitar o governo Itamar-Collor, no momento em que se imitar o governo Sarney e tantos outros, com certeza este parlamento dará a carta de incompetência ao povo do Paraná. Nós seremos no momento em que isto acontecer, mas deveremos ser taxados de fato, de incompetentes, porque demos uma autorização e não tivemos a competência de avaliar a autorização dada ao Governo do Estado.

Por isso, em nome da Bancada do PDT nós queremos deixar bem clara a nossa posição, a nossa transparência de continuar fazendo nesta Casa, algo sério e que interesse ao nosso Estado, ao nosso povo. O mérito desta proposta desde o início, foi em relação à questão da conclusão da ponte sobre o Rio Paraná, em Guaíra e sobre a duplicação da 376, que é tida como um pálio do corredor da morte. Isto nos apoiamos e isto continuaremos apoiando. Não apoiaremos as maracutaias que se descobriam. Se existem dentro do projeto, vamos dar nomes àqueles que estão nas maracutaias. Vamos dar nome às empresas que estão escondidas atrás desta maracutaia. Vamos ser transparentes na Assembléia. Acho que é isto que está precisando a maioria dos políticos brasileiros. São alvos de críticas, são todos jogados na vala comum, mas temos certeza que nem todos merecem a pecha que têm recebido.

Por isto o PDT do Paraná, quero deixar bem claro e frisado, não se somará a acertos e maracutaias e terá no momento oportuno, desde que saiba, a coragem de denunciar toda a vez que for preciso, este tipo de acerto.

O PDT do Paraná vai continuar apoiando este pedido do Governo do Paraná, vai continuar exigindo que o Paraná cobre do Governo Federal, porque temos certeza e sabemos que aquele é um investimento que deveria ser do Governo Federal. Temos consciência disto. Mas o Paraná já saiu na frente em outras questões e V.Exa., Deputado Heinz, colocou muito bem aqui quantas obras o Governo do Paraná tomou como iniciativa quando elas eram de iniciativa do Governo Federal. Mas mostrava que aqui no Paraná estava acima dos interesses do Governo Federal. Os interesses do nosso Estado estão em primeiro lugar.

Por isto o PDT fecha desta forma. O PDT está deixando bem claro neste momento, não fecha com a privatização da TELEPAR. O seu apoio a este Substitutivo e esta matéria neste momento não é apoiar e nem é ser conivente com as privatizações que estão representando entreguismo do patrimônio nacional. O PDT do Paraná se somará à sua liderança maior, ou à postura dos seus Deputados em todos os cantos deste Estado e deste País, dizendo não a este tipo de entreguismo da coisa pública brasileira.

Quero crer neste momento e vendo confirmada a preocupação do Líder do PMDB em voltar a frisar e contestar aquilo que disse o Deputado Bona Turra que também dá apoio ao Governo desta Casa, vimos o Líder do PMDB colocando inclusive a sua liderança à disposição dos companheiros partidários, caso aqui não estivessem falando a verdade, caso aqui não estivessem confirmando aquilo que ouvi do Governador Roberto

Requião. Isto mostra muito bem que está havendo de fato um choque. Talvez o Governador queira fazer média com V.Exa. e também média com o Deputado Bona Turra. Não quero acreditar nisto e tenho certeza que a maioria deste Parlamento não acredita neste tipo de postura.

Temos certeza que o Governador Requião falou sério com V.Exa. colocando a V.Exa. a postura do Governo do Estado em relação a estas ações que, hoje paradas na TELEPAR, poderiam muito bem representar ações a serem revertidas em benefício do povo do Paraná, como é neste momento a ponte sobre o Rio Paraná em Guaíra e como é neste momento a duplicação da BR-376 e que nós pudéssemos ter nesta oportunidade condições de como bem citou o Relator da matéria, agora nesta oportunidade incluir neste relatório as pretensões de outros companheiros Deputados aqui que citaram as suas prioridades em termos de região, que bom se pudéssemos fazer isto! Que bom se pudéssemos levar a cada região este anseio! Acho que desta forma é que temos que nos posicionar nesta Casa e não colocar em choque, em dúvida, a idoneidade desse Projeto, não colocar em dúvida o mérito desse projeto, querendo levar para a questão maior que foi o apoio do PDT, e volto a frisar novamente, querendo disfarçar, querendo escamotear a verdade que fez com que o PDT apoiasse o Projeto, e a verdade do PDT foi o deslocamento dessa verba para essas obras aqui citadas.

Não aceitamos em hipótese alguma que queiram mascarar a verdade, que queiram escamotear aqui para falar em nome do PDT, e tentar esconder se há outros objetivos. O PDT não fechará com outros objetivos a não serem esses que são previstos no mérito deste Projeto. O PDT do Paraná não fechará com outros objetivos, que não sejam os interesses paranistas.

Acho que a história dos nossos companheiros de Bancada dizem muito bem esta verdade, companheiros aqui que não estão envolvidos com as maracutaias, que não estão envolvidos com acertos e pilantragens vividas nesse País, e tenho certeza dessa integridade, e assinei, na oportunidade a integridade do mérito do projeto pelos nossos companheiros Deputados autores.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados deixamos registrado bastante patente, bastante claro, não faremos papel de laranja, mas não escamoteamos a verdade. Se há interesses como aqui estão sendo colocados, se há interesses do Governo do Estado fazer com que isto aqui represente um "deixa" para a privatização, represente um "deixa" para a entrega do patrimônio ou de parte do patrimônio de uma estatal à iniciativa privada, tenham certeza, que este apoio não lhe será dado pela nossa

Bancada. E eu tenho certeza que é com a consciência tranqüila desta forma que o PDT se posiciona nesta Casa não procurando defender ninguém, mas procurando combater a pilantragem, combater as maracutaías e dando transparência à sua posição. E queremos que aqueles que vêm as maracutaías e os acertos dentro desse Projeto que denunciem essas maracutaías. Quais são as maracutaías? Quais são as empresas privadas que querem através do Governo do Estado fazer dessa iniciativa uma iniciativa que denigre a imagem do nosso Estado?

Porque assim nós nos somaremos a esta preocupação, mas jamais poderemos apenas através do discurso termos uma postura contrária a esses interesses. Fomos bastante transparentes aqui nesta Casa quando acompanhamos a questão da ULTRAFÉRTIL, deixando uma posição bastante clara e transparente. Éramos contrários e somos contrários à forma como estava sendo feito o entreguismo do capital nacional. E o mesmo faremos em relação à TELEPAR, e o mesmo faremos em relação a quaisquer outros interesses públicos do Paraná. O PDT se somará desta forma. O PDT não vai atirar no escuro. O PDT do Paraná, assim como o nosso PDT a nível nacional não vai fechar com maracutaías ou com acerto, não vai fechar com pilantragens, e nós estamos autorizados a isto, devido a integridade da Bancada que hoje lideramos nessa Casa.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos deixar bastante clara a posição do nosso Partido, que é a posição em cima da iniciativa dos nossos companheiros Heinz e Adur e outros companheiros, a posição de se voltar pelo Paraná na conclusão da ponte de Guaíra, da duplicação da 376, e quiçá pudéssemos fazer outros projetos de interesses do Estado, e estamos aqui sempre cumprindo a sua consciência de ser o fiscal das maracutaías e dos acertos.

Quero voltar a frisar, também, que ainda acredito na postura do Governo Requião em relação a privatização, e que assim como confirmou aqui o Deputado Bona Turra, ele nos confirme, abra o jogo e diga da preocupação se de fato o Governador Requião, ao ser autorizado por esta Casa, está pretendendo fazer desta iniciativa o início da privatização da TELEPAR e quais são as empresas que são autorizadas, porque autorização será dada ao Governador Requião, quais são as empresas que o Governador beneficiará, caso este projeto seja aprovado, e tenho certeza de que o será.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, com apoioamento dos

Curitiba, terça, em 06.07.93

Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Cleiton Kielse, constante do expediente, solicitando a prorrogação da duração da presente sessão por mais duas horas. **Aprovado.**

Requerimento do Deputado Renato Adur, constante do expediente, requer encerramento da discussão do Projeto de Lei 320/93 após a manifestação do terceiro Deputado inscrito, de acordo com Artigo 157, inciso 2°. Em votação. **Aprovado, com voto contrário do Dr. Rosinha.**

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - É verdade que o Regimento Interno, no seu Artigo 153, assegurava a cada Deputado, no seu processo de discussão, a palavra.

A questão de ordem está em determinar que, por melhor que seja o monitoramento, o acompanhamento e a atenção que dê a esse Poder e também o Poder Executivo na alienação nas ações da TELEPAR...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está cassada a palavra de V. Exa.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Eu requeiro que possa concluir a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não é questão de ordem, nobre Deputado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - É uma questão de ordem porque se trata de uma comunicação ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa requerimento de diversos Parlamentares, requerem, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação para o Substitutivo Geral nº 09 sobre todas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei 320/93, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Está em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado, com os votos contrários do Deputado Bona Turra e Dr. Rosinha.**

Está em votação o Substitutivo firmado por 23 Srs. Deputados. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado, com os votos contrários do Deputado Rosinha e Bona Turra.**

Com a aprovação do Substitutivo, estão prejudicadas as demais emendas.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Quero comunicar ao Plenário que, em face de flagrante desrespeito ao programa do meu Partido, o PMDB, agradeço a especial convocação que me fez o Líder da Ban-

cada do PMDB nesta Casa, para, na condição de vice-Líder, ao seu lado atuar, renuncio à vice-liderança do PMDB.

É a comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrado.

O SR. RENATO ADUR - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento).

Convocamos todos os Deputados do PMDB para apreciar a decisão do Deputado Bona Turra.

Esta Liderança, em princípio, aceita a decisão do Deputado Bona Turra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento).

Senhor Presidente, recebo da Jornalista Mari Tortato, Diretora do Sindicato dos Jornalistas e Repórter da Folha de Londrina, o comunicado que eu peço à Mesa que democraticamente permita que eu faça essa leitura. (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, e dos Jornalistas que fazem cobertura na Assembléia Legislativa, do qual faço parte como Diretora Fiscal, considero que a categoria foi profundamente ofendida quando o Deputado Heinz Herwig tomou o microfone para atacar o Jornalista Paulo Pedron.

Traduzo suas palavras como uma tentativa de inibir, censurar e intimidar qualquer jornalista que exprima sua opinião em matéria jornalística ou em artigo assinado, em veículo de comunicação.

O Deputado tem a possibilidade legal de recorrer à Lei de Imprensa se considerar que o artigo do colega Pedron o ofendeu.

Agradeço a posição dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Luiz Henrique Bona Turra e Florisvaldo Fier, em defesa da liberdade de imprensa.

Estranho a posição do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato quando disse que "não autoriza" o uso de seu nome em matérias de jornais com as quais não concorde. Isso é prática de regime que já não impera neste País.

Estranho também a atitude do Senhor Presidente que, ao meu ver, tomou uma posição passiva e em defesa do Senhor Deputado Heinz Herwig na sequência do episódio.

(a) MARI TORTATO

Diretora do Sindicato dos Jornalistas e Repórter da Folha de Londrina"

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Essa Li

derança requer a V. Exa. a possibilidade de transferir para a última sessão de hoje a votação dos requerimentos que se encontram sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Deferido o pedido do nobre Deputado Renato Adur.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Fui muito bem claro nas minhas colocações que fiz em relação a posição que envolve o nome do Deputado Heinz na matéria divulgada pela imprensa.

As notas taquigráficas estão aí para testemunhar a minha colocação. Eu não disse em momento nenhum que censuro os jornais a falar com relação ao meu nome, eu não disse isso. Eu só disse que não gosto quando a imprensa coloca o meu nome em fatos que eu não estou envolvido e que eu não devo, porque aquilo que deve ser eu assumo a minha responsabilidade.

Se eu estiver errado os meus atos forem errados e a imprensa publicar eu não tenho nem como questionar a imprensa. Então Deputado Algaci Túlio, houve um mal entendido e eu lamento profundamente que pela segunda vez venha ocorrer um grande erro novamente, partindo-se da imprensa que V. Exa. acaba de confirmar.

E quero mais uma vez aqui reafirmar, de que nós não temos nada contra a imprensa do Paraná. O Deputado Heinz foi objetivo na sua colocação, ele deu nome ao repórter, reafirmo isso, nós conhecemos a maioria dos repórteres que aqui estão nesta Casa prestigiando a Assembléia Legislativa, apoiando as matérias, quantos repórteres decentes que conhecemos.

Agora na vida política tem também problemas de pessoas, de ordem política, como na profissional liberal tem e também a imprensa não pode ficar acéfala a isso. Nós sabemos dividir os comportamentos.

Então, Deputado Algaci Túlio, sei que Vossa Excelência também faz parte do setor de repórteres e acho que Vossa Excelência deve advogar esta causa, afinal é uma questão ética de Vossa Excelência, são seus colegas, mas Vossa Excelência que prega uma imprensa justa, também não pode de forma alguma denegrir a imagem do Deputado Heinz, quando ele se sentiu ofendido e não deve o que foi colocado na matéria.

Então esta é a minha posição, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Requerimento de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente dispensa de discussão e votação da redação final dos projetos aprovados em 2.^a discussão constantes da Ordem do Dia

da presente sessão que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Solicito à Mesa se possível que o Deputado Algaci Túlio envie xerox desse documento que eu gostaria de ter acesso, se possível, e se não for possível, nós agradeceremos também.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Esse documento está em minhas mãos, não é meu, não é requerimento meu e sim da jornalista que é componente do sindicato. Poderá ser obtido com a jornalista no Comitê de Imprensa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Heinz Herwig, inscrito.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente e Senhores Deputados, gostaria de ler aos colegas o que foi escrito por este pseudo jornalista Pedro Pedron, amigo do Deputado Algaci Túlio, a respeito desta Assembléia: "A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é uma farsa institucionalizada. O Presidente da Casa, Deputado Orlando Pessuti, manobrando votações de acordo com seus interesses dá a sua contribuição para que isso continue. Ontem, os Deputados Estaduais se desdobraram para aprovar a venda das ações que o Governo do Estado tem para a construção de estradas. Conhecendo o interesse que boa parte dos parlamentares paranaenses têm para com a população e conhecendo as relações que as empreiteiras têm com o Poder, fica mais ou menos explicado o interesse exagerado pelo tema".

Está escrito aqui!

"O Deputado Heinz Herwig" - sou eu - "foi Secretário dos Transportes no Governo Álvaro Dias", com muito orgulho, quero dizer. "Governo, aliás, que não mediu esforços para dar renda aos empreiteiros. Como Secretário e agora como Parlamentar, Heinz deve conhecer como ninguém os empreiteiros" - conheço-os muito bem, pois fui Secretário dos Transportes. "Talvez por isso perdeu várias vezes a paciência, mandando o Deputado Algaci Túlio para aquele lugar" - não sei para que lugar ele foi - "e xingando outros Parlamentares. Heinz repentinamente mostrou-se extremamente interessado em determinado projeto".

Está escrito aqui: "A Assembléia Legislativa do Paraná é uma farsa".

Quero dizer aos meus colegas Deputados que eu não participo de farsa nenhuma. E vou dizer mais uma coisa: não é nenhum

Curitiba, terça, em 06.07.93

jornalista vagabundo que vai manchar a minha honra! Eu trabalhei para este Estado durante 27 anos, funcionário do DER desde pequeno, como engenheiro, como engenheiro fiscal, mais tarde como Diretor do DER e como Secretário dos Transportes. Tenho a minha vida limpa. E tenho orgulho disso. É uma das poucas coisas que me restam. A minha vida pública é pública! E não é nenhum jornalistazinho vagabundo que vai sujá-la, e assumo o que eu digo, que vai manchar esta honra!

A minha vida é de conhecimento de todos os Senhores, que me acompanharam como Secretário dos Transportes e como Diretor do DER, quando tive contato com quase todos. Não tenho nenhuma vergonha das minhas ações, que tive que executar, ao longo da minha vida pública. Errei muitas vezes. Tenho consciência disso. Mas, tenho certeza, também, que acertei. Só quem faz é quem erra. Quem nunca fez nada, nunca vai errar. Tem gente, aqui, que nunca fez nada na vida. Só falou! Papo-furado! Papo furado! Nunca fez nada. Também nunca errou. Só sabe falar mal dos outros. É fácil: senta à máquina, bate ou manda bater, porque deve ser analfabeto e fica escrevendo! Como se eu não pudesse me defender.

O Deputado Algaci Túlio, que também é radialista, disse que eu falei às costas do jornalista. Falou na minha frente! Eu estava presente quando ele falou. Estava presente para me defender, inclusive!

Aqui ó! A minha honra, Senhor Presidente e Senhores Deputados, essa ninguém atinge impunemente. Eu tenho vida limpa. E isso é uma coisa que eu vou levar para os meus filhos. E não é ninguém, jornalista, quarto poder, quinto poder, segundo poder que vai manchar isso! Eu assumo os meus atos, como sempre assumi, acertando às vezes, errando algumas. Tenho consciência disso, porque procurei fazer as coisas acontecerem, neste Estado.

Admira-me muito que algum Deputado queira me jogar contra a imprensa. O Deputado Algaci Túlio, brilhantemente, quis me jogar contra a imprensa. E fui, pessoalmente, o único. Falei de uma única pessoa, por enquanto. E assumo isso. Porque ele quis manchar a minha honra. E isso eu não permito a ninguém! Muito menos a um sem-vergonha!

Muito obrigado, Senhores Deputados pelos apartes e pela compreensão, mas não poderia deixar numa hora dessa, onde vida inteira de trabalho por esse Estado, um jornalistazinho queira manchar, respeito a imprensa de uma maneira completa, sei que na imprensa existem pessoas dignas, e muitas, muitas; mas existem também sem-vergonhas, existem também, sim, Senhores.

Não vou permitir isso, se quiser escrever, pode escrever tudo isso sobre mim,

ele vai escrever, e todo dia eu vou falar aqui nesse Plenário e vou chamar ele da mesma coisa. Se ele pode me chamar impunemente sem provar nada, eu também vou fazer a mesma coisa. Ou vai haver justiça, quando alguém quiser manchar o nome vai ter que provar, ou eu vou falar a mesma coisa, nós vamos para a mesma cadeia, não tem importância.

Então, eu gostaria Senhor Presidente e Senhores Deputados, que os meus colegas me compreendessem. Nunca fiz outra coisa nesse Estado, sempre buscando o bem comum, procurei sempre ajudar a todos dentro das minhas possibilidades, e vou continuar fazendo isso, porque não é por causa de uma meia dúzia de pessoas que não têm compromisso nenhum com a população do Paraná, têm compromisso apenas com eles, compromisso só deles, não é por causa dessas pessoas que vou mudar a opinião e a minha maneira de ser.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero apenas reafirmar e confirmar o que eu disse anteriormente aqui perante os Senhores Deputados com relação à integridade do Deputado Heinz.

Mantenho as mesmas palavras que disse anteriormente, e acho que não pode se permitir o abuso quando se fere a integridade pessoal. O maior patrimônio que pode se existir em um ser humano é o patrimônio da honestidade e da dignidade. Quem constitui família, levando para o caminho do rumo certo, o caminho da seriedade, quer passar aos filhos o respeito e a dignidade; porque quem atinge dessa forma a integridade de quem trabalha e que produz, não tem a integridade para julgar, e esta é a verdade Senhor Presidente.

Deputado Heinz, leve do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato a solidariedade deste companheiro, a confiança e a certeza de que isso sirva de exemplo, porque o Senhor Presidente da Assembléia, Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência também foi atingido e cabe à Mesa Executiva deste Poder tomar algumas posições, porque nós concordamos e eu também participei do processo democrático neste País, combati o regime da ditadura, mas nós não podemos permitir que a democracia aí aberta está, mas que transforma em desrespeito e baderna com o Poder Legislativo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Antes de encerrarmos a presente Sessão, a Mesa Executiva desta Casa se solidariza com o nobre Deputado Heinz Herwig contra as agressões recebidas. As agressões recebidas pelo nobre Deputado pelo jornalista Pedro Pedron toda a Casa e todos os Parlamentares desta Casa. Não podemos concordar com as agressões recebidas.

A solidariedade da Mesa Executiva ao Deputado Heinz.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 320/93.
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 279/93.

Levanta-se a sessão.